



ATA N.º 11/XII-1º/2017-18

1 - Aos 26 dias do mês de abril de dois mil e dezoito, pelas 21H15, nas instalações Centro Cultural e Juvenil de Santo Amaro, no Laranjeiro, realizou-se a primeira Reunião da Sessão Ordinária de abril de 2018 da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:

1- Período de Intervenção dos Cidadãos

2- Período de Antes da Ordem do Dia

3- Período da Ordem do Dia

3.1- Eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;

3.2- Eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação;

3.3- Eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal no Conselho Cinegético Municipal;

3.4- Eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Proteção Civil;

3.5- Eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM;

3.6- Eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo do Observatório da Água da Península de Setúbal;

3.7- Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal;

3.8- Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre Documentos de Prestação de Contas;

3.8.1- Relatório e Conta de Gerência do Município, referente ao exercício de 2017;

3.8.2- Relatório e Conta de Gerência dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, referente ao exercício de 2017;

3.8.3- Relatório e Conta de Gerência da ECALMA, relativo ao exercício de 2017;

3.9- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre 1ª Revisão Orçamental do Município, referente ao ano de 2018;



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

- 3.10- Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre 1ª Revisão Orçamental dos SMAS, referente ao ano de 2018;
- 3.11- Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Plano Municipal de Integração de Migrantes de Almada;
- 3.12- Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Contrato-Programa CMA-ECALMA;
- 3.13- Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Relatório de Monitorização da ARU Almada;
- 3.14- Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Relatório de Monitorização da ARU Trafaria.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – Responderam à chamada os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; Bruno Ramos Dias; Elisabete Peres Pereira; Carlos Manuel Coelho Revés; José Alberto Azevedo Lourenço; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Daniel Pedro Sobral; Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque; António Francisco Salgueiro; Sílvia Maria Mendes de Sousa; Augusto António Brinquete Proença; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; José António Espírito Santo Rocha; Manuel Maria Braga de Marques Gomes; Sandra Branco Duarte de Jesus Moço; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações do Senhor Deputado Municipal Manuel Batista (PS) solicitando a substituição por ausência no dia 26 de abril, do Sr. Deputado Municipal Vítor Castanheira (PS) solicitando a substituição por ausência nos dias 26, 27 e 30 de abril, do Senhor Deputado Municipal José Manuel Maia solicitando a substituição por ausência no dia 26 de abril, da Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues de Carvalho (CDU) solicitando a substituição por ausência nos dias 26, 27 e 30 de abril, da Senhora Deputada Municipal Marina Lopes (PSD) solicitando a substituição



por ausência nos dias 26, 27 e 30 de abril e da Senhora Deputada Municipal Inês Bom (BE) solicitando a substituição por ausência nos dias 26 e 27 de abril.

4.2- Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse Débora Rodrigues (PS); Sérgio Bastos (PS); Mara Rita Silva Martins (CDU) por impedimento do cidadão José Gabriel Guiomar Joaquim (CDU); Mário José de Sousa Pedroso (CDU) por impedimento do cidadão Jorge Miguel Oliveira Feliciano (CDU); Nuno Ricardo Fragoso Dominginhos (PSD) por impedimento dos cidadãos Sónia Raquel Mota Faria (PSD) e Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD); e Fátima Maria da Silva Nogueira Marras (BE).

4.3 - O Senhor Presidente da União de Freguesias da Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas comunicou a impossibilidade de estar presente nesta sessão da Assembleia Municipal, sendo substituído pelo eleito João Marcos no dia 26 de abril.

A Senhora Presidente da União de Freguesias de Caparica e Trafaria comunicou a impossibilidade de estar presente nas reuniões dos dias 26 e 27 de abril, sendo substituída pela eleita Patrícia Mónica de Carvalho Gancho Brito.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Charneca e Sobreda comunicou a impossibilidade de estar presente na reunião da Assembleia Municipal de dia 26 de abril, sendo substituído pelo eleito Manuel Simões.

4.4 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

4.5- O Senhor Presidente colocou à consideração da Assembleia a alteração da ordem dos pontos da Agenda, passando para o final da Sessão o ponto 3.7.

4.5.1 – A Assembleia deu a sua anuência à alteração proposta pelo Senhor Presidente.

4.6- O Senhor Presidente informou também a Assembleia que já foram recebidas as comunicações de todos os grupos municipais com indicação dos membros de cada Comissão Permanente, pelo que se consideram constituídas todas elas na íntegra, sendo publicitadas no site da Assembleia Municipal.

4.7- Informou ainda que todos os Grupos Municipais já fizeram entrega das comunicações explicitando os membros que os compõem, indicando a sua designação bem como as respetivas direções, sendo uma cópia das referidas comunicações arquivada em anexo à ata da presente reunião, nos termos do n.º 6 do Art.º 18.º do Regimento da Assembleia Municipal.

4.8- Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4.8.1. O Requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD), e enviado para a Câmara Municipal de Almada a 31 de janeiro, sobre o Inventário de bens do Município de Almada foi respondido pela Câmara Municipal em 26 de abril;

4.8.2. O Requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU) sobre a instalação da Linha de Muito Alta Tensão Fernão Ferro, Charneca de Caparica, Caparica e Trafaria, enviado para a Câmara Municipal de Almada em 14/2/2017 foi respondido pela Câmara Municipal em 26 de abril;

4.8.3. O Requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN) sobre o processo de licenciamento de instalação e funcionamento do Circo Hugo Cardinali e autorização de deslocação do mesmo, enviado para a Câmara Municipal de Almada em 20/2/2017 foi respondido pela Câmara Municipal em 26 de abril;

4.8.4- Os Requerimentos apresentados pela Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD), e enviados para a Câmara Municipal de Almada a 31 de janeiro, sobre Listagem do amianto em edifícios, instalações e equipamentos municipais e sobre Cópias de todos os protocolos existentes e em vigor com todas as entidades públicas e privadas, ainda aguardam resposta.

4.9 - Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/às Senhores/as Deputados/as Municipais.

4.10 – Finalmente o Presidente da Assembleia Municipal referiu que tinham sido atempadamente distribuídas as Atas n.ºs 8/XII-1.º/2017-18 e 9/XII-1.º/2017-18, para aprovação pela Assembleia Municipal.

4.10.1- Colocadas à votação, foram aprovadas por unanimidade as atas n.ºs 8/XII-1.º/2017-18 e 9/XII-1.º/2017-18 e ratificadas as respetivas Minutas, nos termos do nº 2 e 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usaram da palavra os Senhores Múncipes Ricardo Salomão, José Daniel Pimenta Coutinho, Teresa Ramires Conceição e Abílio Israel Campos Pereira.

5.1.1 – O Senhor Múncipe Ricardo Salomão:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Gostaria de cumprimentar, antes demais, todos os eleitos e todos os eleitores.

Ontem comemorou-se o 25 de abril de 1974. Passaram-se 44 anos da data em que os portugueses ganharam liberdade e, especialmente uma, a liberdade de expressão com o fim da censura. É o que me traz aqui hoje.



Almada não tinha nenhum jornal impresso há vários anos. É claramente uma lacuna. A comunicação social (que não se esgota na imprensa) constitui um pilar essencial da democracia.

Constitui também um veículo fundamental para a intervenção dos cidadãos, para o conhecimento das particularidades de uma comunidade e um instrumento poderoso para a aproximação dos seus membros.

Um jornal, pelas suas características, é uma ferramenta indispensável para combater a suburbanidade, o anonimato e as mais recentes ameaças da pós-verdade, dos factos alternativos e, sobretudo, da redução do debate democrático à indigência de meros "sound bytes". Não é, não deve ser, esse o rumo de uma sociedade que se quer evoluída.

Foi para cobrir esta lacuna que criámos o Notícias da Gandaia, Jornal Digital, desde 11 de novembro de 2011 (11/11/11/) com o registo nº 126448 na ERC, que pode ser lido em *Gandaia.info*, com um Boletim Semanal, distribuído por email para cerca de 3600 leitores e, desde janeiro de 2018, em papel, distribuído gratuitamente por todo o concelho de Almada.

Um jornal honesto e independente, que além de contar com jornalistas profissionais, conta também com quadros formados na Oficina de Jornalismo da Universidade Popular da Gandaia, a primeira Universidade Popular do Concelho.

O Notícias da Gandaia em papel já teve 2 edições, têm a segunda à vossa disposição junto à porta, e esperamos ter mais 3 este ano. O nosso sonho é que em 2019 possamos passar a mensal. Para isso precisamos da vossa ajuda. Precisamos de publicidade. A publicidade é a nossa única fonte de receita.

Pedimos, ou venho eu pedir, em nome de todos os que estão envolvidos neste projeto, que se lembrem do Notícias da Gandaia, quando chegar o momento dos editais, das informações que normalmente são veiculadas pelos jornais, relatórios de contas e anúncios propriamente ditos.

Um jornal é um instrumento comunitário precioso e permanece ao longo do tempo nas mãos das pessoas, nas bibliotecas e nos arquivos.

Ajudem-nos a manter Almada mais rica, mais forte, mais consciente, mais solidária e, claro, mais informada".

5.1.2 – O Senhor Município José Daniel Pimenta Coutinho:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em primeiro lugar, felicitar a Senhora Presidente Inês de Medeiros pela sua eleição bem como pelo trabalho desenvolvido até então, desejamos-lhe pleno sucesso.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A JP de Almada apresenta hoje em assembleia municipal, no centro juvenil casa amarela, a sua nova comissão política.

Centro Juvenil este que tem condições para acolher vastas atividades do interesse dos jovens almadenses, mas que por motivos pouco explícitos foi-nos negado o seu acesso para a realização de uma atividade.

Bem sabemos que o desinteresse político das novas gerações, é um problema cada vez mais premente na nossa sociedade, o que torna irónico que um executivo, que conhece certamente esta realidade, seja o primeiro a impossibilitar a realização de uma atividade de discussão entre jovens.

Como Presidente da Juventude Popular de Almada posso dizer que nós conhecemos muito bem esta realidade.

Sabemos que a maioria dos nossos jovens não se interessa pela política, que não têm confiança nos políticos e que para alguns é indiferente quem governa. Mas também sabemos que não é com barreiras que isso muda, não é a fechar a porta aos jovens que os cativamos.

Por conhecermos tão bem esta problemática podemos garantir que o que estiver ao nosso alcance será feito, garanto que nos iremos mobilizar para que esta tendência seja ultrapassada por uma geração de jovens interessados, ativos e prontos a colaborar para um futuro melhor.

Esta nova comissão política fará tudo para melhor representar os jovens almadenses.

Por isso vamos escutá-los, vamos ouvir as suas necessidades, perceber o que os preocupa. Faremos uma política virada não só para os jovens almadenses, mas também para todos os outros grupos etários. Por isso, contamos com propostas como: voluntariado intergeracional, onde poderemos cruzar gerações, e, por exemplo, combater o sufoco da solidão.

Temos também propostas concretas de melhoria do espaço público de estudo, queremos o alargamento do horário de funcionamento das bibliotecas, que é claramente desajustado.

Queremos uma sala de estudo municipal noturna e ainda uma biblioteca na zona da Charneca de Caparica.

Queremos Almada um Concelho mais dinâmico, mais inclusivo, queremos que os jovens Almadenses não tenham de abandonar a sua terra por falta de oportunidades, queremos os jovens a trabalhar e a viver no Concelho.

Uma rede de transportes abrangente e eficiente, bem como o reforço do comércio local são questões fulcrais a considerar.

Queremos mudar o paradigma do concelho dormitório.



Sabemos que Almada tem um enorme potencial, mas sabemos também que é necessário trabalho árduo para o conseguir aproveitar.

Por conhecermos esse potencial apresentamo-nos hoje com uma atitude cooperativa e construtiva. Temos propostas das mais vastas áreas, queremos ser um veículo de proximidade com os jovens almadenses e queremos ser construtivos na política juvenil, com o objetivo único de melhoria das condições dos Jovens Almadenses.

Estamos abertos ao diálogo e podem contar connosco sempre que o objetivo seja melhorar Almada bem como a vida dos almadenses”.

5.1.3 – A Senhora Múncipe Teresa Ramires Conceição:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De forma introdutória, permitam-me citar Ghandi, afirmando, com grande convicção, que a grandeza de um país e o seu progresso podem ser medidos pela maneira como trata os seus animais.

Lamentavelmente, a realidade é que o país em geral, e em particular o município almadense, está longe de concretizar esse estágio de desenvolvimento civilizacional.

No domínio da proteção e respeito pelos direitos dos animais, não obstante o crescente aumento de consciência coletiva integradora dessa responsabilidade social, inerente a uma obrigação moral, com o devido acompanhamento na produção legislativa, assistimos ainda a uma confrangedora realidade de maus tratos, negligência e abandono de animais, perante o laxismo e condescendência das autoridades competentes.

O concelho de Almada enfrenta há muito tempo o flagelo do abandono dos animais ditos de companhia, e o subsequente descontrolo populacional de animais errantes, perante uma inaceitável indiferença e passividade dos sucessivos executivos camarários, sendo o movimento associativo que, de forma abnegada, tem ciclicamente substituído o município neste domínio. Contrariamente ao que se tem ultimamente constatado em vários municípios do país:

- Com a implementação de novos centros de recolha oficial respeitadores das normas de bem-estar animal,
- Com a promoção de campanhas de sensibilização contra o abandono e fomentadoras da adoção,
- Com a implementação de programas de controlo e monitorização de colónias de gatos.

Dinâmicas estas muitas vezes conexas a parcerias protocoladas com Associações.

Em Almada constatamos uma quase total ausência de iniciativas neste âmbito.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Tenho conhecimento que o anterior executivo camarário prometeu e negociou com associações locais a concessão de um terreno público para a instalação de um centro de bem-estar animal que permitiria albergar as centenas de cães e gatos que estão ao cuidado dessas Associações, que sobrevivem há muitos anos em abrigos precários, de incontornável insalubridade e de grande vulnerabilidade às condições climatéricas extremas, abrigos esses sem as condições razoáveis de correspondência aos princípios elementares de bem-estar animal.

Neste quadro, os primeiros contactos deste executivo com o movimento associativo indicam que a edilidade não vai honrar esse compromisso.

Confirma Senhora Presidente de Câmara?

Se sim, que plano tem o executivo para, por exemplo, o abrigo da Aroeira, instalação não licenciada pela Autoridade Veterinária Municipal e pela Direção Geral de Veterinária e Alimentação, que funciona há muitos anos num terreno privado cuja devolução já foi solicitada pelo atual proprietário, local onde estão alojados mais de duas centenas de canídeos, alguns deles provenientes do Centro de Recolha Oficial de Almada, que ali realoja animais, quando esgota a sua reduzida capacidade de alojamento.

Pretende a Câmara responsabilizar-se por estes animais?

No que diz respeito a esta temática, no orçamento e plano de atividades para 2018, constatamos uma total omissão de iniciativas para solucionar os problemas ora expostos.

Gostava que a Senhora Presidente de Câmara clarificasse as intenções do executivo neste contexto.

Muito obrigada pela vossa atenção.

5.1.4 – O Senhor Município Abílio Israel Campos Pereira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vários assuntos que trago aqui e que vou tentar dizer dentro dos cinco minutos.

O boletim Informativo da Câmara não está a ser distribuído, a divulgação não está a ser feita no Laranjeiro, pelo menos na zona onde moro, na rua dos Eucaliptos, não está a ser feita. Este ano ainda não foi feita a divulgação, não está a ser distribuído, com era distribuído.

Não sei se existe, se não existe, era bom criar um centro de recolha de informações, para que os munícipes dessem informações daquilo que vissem e que tinha que ser retificado. No aspeto de telefonar, ou mandar um email, para o serviço atuar. Por exemplo, está um buraco na estrada, e havendo um sítio para dar essa informação, para fazer a respetiva manutenção, do que há para fazer nesse aspeto. Nesse aspeto também chamo a atenção da Avenida 23 de julho, se não estou em erro,



JK

precisa ser toda retificada, relativamente ao piso, e nas bocas de saneamento, os carros é que estão a sofrer com aquilo. Porque os carros estão a andar e de repente levam uma martelada nos pneus. Porque tem um desnivelamento, no cruzamento lá de baixo dos sinais da igreja, há uma zona que os carros batem mesmo, quando vêm da praça da Cruz Vermelha, no sentido da Igreja, batem mesmo com a parte de baixo das viaturas no piso.

Na questão do Pavilhão Gimnodesportivo do Feijó, queria chamar aqui atenção, isto constatado por pessoas que andam lá, que a higiene, a manutenção e o enquadramento de quem anda a fazer uma terapia lá, não está a ser muito bem resguardado, em termos desses aspetos. Nota-se que no final do ano havia muita gente a fazer, agora anda lá muito menos gente. Mas, nota-se uma falta de cuidados de higiene, um certo abandalhamento na higiene. Havendo ali zonas de terapia e de hidroterapia, era se calhar conveniente fazer uma retificação a todos os procedimentos de higiene e tratamento no Pavilhão do Feijó.

Queria também relativamente ao Cemitério de Vale Flores, isto é uma coisa que eu constato há muito tempo, era se houvesse possibilidade nos arruamentos, haver uma zona para porem uns bancos, para as pessoas que vão, idosas, que vão tratar de assuntos relacionados com os familiares que têm lá, poderem descansar. Porque, quem vem dos fundos do cemitério e subir aqueles arruamentos, pessoas com uma certa idade, os carros durante a semana podem lá ir, mas ao fim de semana os carros já não podem lá entrar. Resultado, é ver idosos a arrastarem-se, nos arruamentos, e têm espaço para lá porem uns bancos.

E já agora, fazer um elogio à Câmara, porque acabou com aquela, há poucas palavras para aquilo de ser a manutenção feita pelos elementos da Câmara nos cemitérios, antes tinha-se que gratificar para porem as campas como deve ser, agora parece que a coisa está certinha, e está melhor, espero que, nem que se tenha que meter vinte cinco euros para pagamento nos cinco anos em que o defunto vai estar ali para ter uma campa bem arranjada. Porque antes era um pandemónio, e eu fui vitima disso. Tive lá o meu pai e agora tenho lá a minha mãe.

Na confluência da rua D. Sancho, o antigo SAP, enfrente à Emídio, estão lá três Unidades de Saúde, mais a Unidade de Saúde Pública. Não há um único parque de estacionamento. E, quando uma pessoa vai para estacionar, os parquímetros estão todos ocupados. Por vezes a zona dos residentes têm lugares. Eu já fui multado, pus o carro num sítio onde não estava nenhuma sinalética de residente, mas a ECALMA passou-me uma multa. Quando telefonei para a ECALMA, e chamo atenção para isto, a Senhora da ECALMA, aconselhou-me a pôr o carro no parque privado que há lá. Eu não tenho que saber se há ali um parque privado, nem dar dinheiro a parques privados. Não sei se a Presidente sabe, há lá zona por baixo de mato, se calhar criar lá um parque de estacionamento como no Hospital Garcia de



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Orta, que se paga, mas quando uma pessoa vai ali ao médico ter um lugar. Uma zona que tem três Unidades de Saúde não tem nenhum estacionamento. E se foram lá a própria rotunda tem carros estacionados em cima. É preferível fazer o estacionamento”.

5.2 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal e a Senhora Vereadora Francisca Parreira.

5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Rapidamente, ao Senhor Ricardo Salomão da Gandaia, tenho pouco a dizer, só posso reafirmar aqui a importância da comunicação social, a comunicação social livre, independente, nacional, regional e local. Como sabe nos termos da Lei, tudo o que é entidade pública, tem algumas limitações no seu financiamento, mas eu apelo de facto, junto-me à sua voz para apelar às pessoas para se mobilizarem, para a importância de haver órgãos de comunicação social local, penso que todos nós reconhecemos a sua importância.

Relativamente ao Senhor Daniel Pimenta Coutinho, eu não tenho conhecimento da recusa, posso tentar perceber o que se passa. Muito sucintamente, independentemente de estarmos ou não de acordo sobre muitas matérias, ou termos posições políticas divergentes, ontem festejamos o 25 de Abril, um dos grandes direitos é a liberdade política, e, portanto, da nossa parte, Município, consideramos sempre que é importante que se criem condições para as pessoas poderem exercer livremente a sua atividade política, e se percebi bem, é uma nova direção do movimento de juventude, desejar boa sorte a este novo movimento.

Rapidamente, a Senhora Teresa Ramires, e depois passarei à Senhora Vereadora, quero só lembrar a Senhora Teresa Ramires, não havia de facto um centro de bem-estar animal que estava previsto, mas não era para centenas de animais minha Senhora, lamento, eram só quarenta no máximo. E tem toda a razão, a Aroeira tem 250 (duzentos e cinquenta), portanto estamos perfeitamente sintonizados. Quero só relembra que está justamente nas Opções do Plano deste ano, e agora no programa do executivo, a criação de um novo canil/gatil, com melhores condições. Esse projeto, de facto, nós olhamos para ele, avaliamos e rapidamente concluímos que ficava muito aquém das necessidades reais. E, portanto, era um grande investimento para uma pequena resposta, e lançamos o desafio às associações inclusivamente as que estavam mobilizadas, mas depois a Senhora Vereadora poderá explicar melhor tudo que já está a ser feito, entretanto.

Rapidamente ao Senhor Abílio, para também deixar tempo à Senhora Vereadora, vou ver o que se passa, não houve qualquer alteração no contrato de distribuição do Boletim, portanto, se não está a ser



distribuído, temos que perceber justamente com a empresa que o faz, porque é que não o faz. Portanto, agradeço o alerta que nos foi dado.

Relativamente ao centro de recolha de informações. Relembrar que já há uma plataforma, que é o “Almada Mais Perto”. Dito isto, nós estamos também, a pensar na revisão do próprio site da Câmara para ser também, mais disponível e mais amigável na forma de lidar, e, por fim aproveito para anunciar que vamos abrir em breve, mas na altura, depois com mais detalhe, um espaço para o munícipe em todas as freguesias. Ou seja, para quem sabe lidar bem com a parte digital, tem as várias plataformas, terá o site, mas também poderá ir presencialmente, deixe de haver um único espaço do munícipe aqui em Almada, para haver espaços do munícipe em todas as freguesias. É isso que em breve poderemos fazer. Aliás, vamos juntar espaço cidadão também, portanto, as pessoas poderão encontrar informações do Governo Central, e também da Câmara Municipal, espero em breve trazer-vos aqui a proposta completa.

Relativamente ao alerta sobre higiene, a Senhora Vereadora Teodolinda já tomou nota.

Relativamente às outras duas questões. Sim, nós sabemos que há falta de parques de estacionamento, também sabemos que isso significa, repensarmos o espaço público e obras de espaço público, que têm que ser integradas, estamos justamente a estudar o assunto.

Relativamente ao cemitério de Vale Flores. A questão dos bancos é também, em toda a reflexão que estamos a fazer, para tornar o espaço público em Almada, mais virado para as pessoas, menos centrado nos carros, mais amigável também e se me permitem, para a população, a população de todas as idades, e também já estamos a pensar seriamente em toda a reabilitação do espaço público, muito particularmente para as pessoas idosas, mas não só, para as pessoas idosas, para os carrinhos de bebés, para as pessoas com mobilidade reduzida, há tantos casos. Portanto, sim, isso também já está a ser pensado, vai ser feito aos poucos, não lhe posso dizer, mas sim, esse tornar o espaço público mais acolhedor, e mais público no sentido de todos, sim, é essa a nossa intenção”.

5.2.2 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria aqui esclarecer algumas questões, e agradecer naturalmente à nossa munícipe Senhora Teresa Ramires, as inúmeras questões que deixa aqui, relativamente a matérias que também são da minha competência.

Tratarei de ser sucinta e poderemos depois, mais amplamente falar, se assim o entender.

Relativamente às questões que coloca do programa e campanha contra o abandono, é uma preocupação desta Câmara Municipal, e quero-lhe dizer que já estamos a desenvolver trabalho, que será visível em



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

junho, período sazonal em que o abandono efetivamente dado o período de férias, é mais sentido, e estamos neste momento a planear com as associações, e falaremos com elas na próxima semana, uma campanha fortíssima do Município, em associação com o Amor Rafeiro, contra o abandono, e que tenha também na sua matriz alguma mensagem relativamente à adoção dos canídeos. Portanto, estamos a trabalhar nessa matéria.

Acresce que relativamente à campanha de esterilização, e conforme informação que hoje até passará aqui pela Assembleia Municipal, a Câmara Municipal já está a desenvolver uma candidatura, ela está em curso, e terá que ser naturalmente apresentada até ao dia trinta de novembro, no âmbito do despacho 3283/2018, e há trabalho concretizado nesta área. Hoje surge uma moção/deliberação que será presente daqui a pouco, que aconselha o Município a recorrer a esta candidatura, mas eu queria anunciar aos munícipes, que ela já está em curso e está a ser preparada.

Depois, quero-lhe dar nota que durante estes seis meses de trabalho, de executivo, já reunimos com tudo o que são associações, que no concelho fazem trabalho na área animal, e associações que defendem quer os canídeos, quer os gatídeos. São reuniões que já fizemos, e no âmbito dessas reuniões, avaliamos inclusivamente, o atual projeto ou programa para projeto, para construção do canil/gatil. Aquilo que se promete para este ano, não é a construção do canil/gatil para esclarecer. É a elaboração do projeto, sendo certo que o anterior projeto como a Senhora Presidente disse e bem, o centro de bem-estar animal, não servia as necessidades concelhias, e muito menos servia as necessidades que a Helena Mascarenhas, tem identificadas para o canil da Aroeira. Mas, relativamente ao canil da Aroeira, também lhe queria dizer, que há ali de facto uma problemática associada ao proprietário, mas o proprietário também estabeleceu um protocolo, há muitos anos com a Câmara Municipal e ele próprio firmou a sua cedência daquele terreno. O canil neste momento não está a ocupar aquele espaço sem a anuência do proprietário, porque ele próprio, no âmbito do protocolo que firmou com a Câmara Municipal, cedeu o terreno para o efeito. É claro que estamos sensibilizados, passaram vinte anos, estamos sensibilizados para a necessidade de resolver o problema do proprietário. Mas o proprietário teve ali também uma expectativa que seria para poucos anos, de vinte anos, de inexecução de um canil/gatil, que é o que estamos neste momento a tentar fazer e trabalhar para o efeito.

Quanto às colónias de gatos. Quero lhe dizer que é um trabalho maior, mas que o Município já está a concretizar. Eu queria aqui transmitir que é um trabalho de facto hercúleo, que não é fácil, porque para os munícipes que não têm conhecimento, existem georreferenciadas, com diferentes cuidadores, esse levantamento já está a ser feito e está a ser analisado, 180 (cento e oitenta) colónias em todo o Concelho.



Termino dizendo que estamos neste momento a preparar uma experiência piloto para acolhimento de uma colónia na Romeira, mas tratar de 180 (cento e oitenta) colónias, só pode ser com muita ambição, e este Município tem essa ambição”.

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 – A iniciar o período, foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:

6.1.1- Pelo falecimento de Fernando Antunes Costa (Anexo 1), apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Henrique Margarido (PS).

6.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Henrique Margarido (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento de Fernando Antunes Costa.

Faleceu, aos 78 anos, no passado dia 25 de março de 2018, Fernando Antunes Costa.

Fernando Costa nasceu oficialmente em Lisboa, a 22 de junho de 1939, mas o seu coração esteve desde a primeira hora, no Pinheirinho, aldeia do Concelho de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra.

Licenciado em Sociologia pelo ISCTE, teve uma vida profissional bastante diversificada, onde se destaca ter exercido o cargo de Técnico Superior Principal da Administração do Porto de Sines.

Conheceu o Dr. Fernando Valle, um extraordinário clínico que teve influência na sua formação e no seu percurso político e a convite de quem, em 1972, integrou a ASP - Associação Socialista Portuguesa.

Republicano, socialista, companheiro, humilde e assertivo, foi um dos fundadores do Partido Socialista, a 19 de abril de 1973, em Bad Münstereifel.

Sempre ativo e empenhado na instalação da Liberdade – sua principal motivação desde jovem – viveu os últimos anos da sua vida no Lar da Casa Pia em Lisboa, e, segundo os seus amigos, quando o iam buscar para um convívio na Trafaria, ainda em cima da Ponte 25 de Abril, enchia os pulmões de ar e dizia em voz alta: “chegámos à grande Margem Sul”.

Foi Chanceler do GOL (Grande Oriente Lusitano) e integrou o Secretariado da Federação de Setúbal do Partido Socialista por 2 mandatos.

Neste momento de pesar, a Assembleia Municipal de Almada presta justa homenagem e respeito pela memória deste resistente antifascista, e apresenta as suas mais sentidas condolências aos seus amigos e familiares.”



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.1.2. Pelo falecimento de Raul Fróis (Anexo 2), apresentado pela Senhora Deputada Municipal Mara Martins (CDU).

6.1.2.2 – A Senhora Deputada Municipal Mara Martins (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento de Raúl Fróis.

Raul Fróis Rodrigues nasceu em Almada, em 23 de maio de 1922, e faleceu também em Almada, aos 95 anos de idade, no passado dia 13 de abril de 2018.

Nascido numa família de associativistas, Raul Fróis dedicou ele próprio uma parcela muito importante da sua vida à atividade associativa em diferentes coletividades do nosso Concelho, quer primeiro como ator, juntamente com a sua companheira de sempre, Maria Emília Rijo Antunes Rodrigues, também ela atriz e cantora, quer depois como dirigente associativo.

Raul Fróis integrou a Banda Filarmónica e o Grupo Cénico da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense. Mas foi sobretudo como ator que se destacou no quadro da atividade cultural do Concelho de Almada, tendo participado em dezenas de peças de teatro, desde a década de 1940 até ao início do século XXI, levadas à cena em diferentes palcos da Cidade de Almada – Incrível Almadense, Academia Almadense e outras associações.

Foi igualmente dirigente associativo na Incrível Almadense, na Academia Almadense – coletividade onde, entre outras responsabilidades, assumiu a gestão do ballet –, e na União de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Almada (URPICA), coletividade onde foi Presidente da Assembleia-Geral.

Profissionalmente, Raul Fróis foi trabalhador na Marinha Portuguesa e livreiro, conjugando sempre toda a sua atividade com uma extrema dedicação à sua família.

Membro do Partido Comunista Português, Raul Fróis participou com regularidade na vida do seu partido no Concelho de Almada até muito perto do momento em que nos deixou fisicamente para sempre.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 26, 27 e 30 de abril de 2018, delibera:

Expressar os mais sentidos votos de pesar pelo falecimento de Raul Fróis Rodrigues, insigne associativista e cidadão de Almada, transmitindo a sua solidariedade neste momento de profundo sentimento de perda e de luto a toda a sua família, aos seus amigos, ao Movimento Associativo Almadense, e ao Partido Comunista Português.”



JK

6.1.3 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, que foram aprovados por unanimidade.

6.1.4 - Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Presidente da Assembleia.

6.2 – Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, usaram da palavra para apresentarem documentos para votação os seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (BE), para apresentar a Moção pela Garantia do Direito à Habitação nas operações de venda de património habitacional do grupo Fidelidade e em todas as grandes operações de mercado imobiliário (Anexo 3);

O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O documento apresentado pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, tem em Almada um caso muito concreto e muito recente, que é o caso das mais de vinte famílias, entre cem a cento e cinquenta pessoas que na Costa da Caparica viram as suas habitações vendidas, compradas por um grande grupo estrangeiro, e que estiveram, não sabemos ainda, mas aparentemente a situação está pacificada, mas estiveram em risco de perder as suas casas.

A moção está distribuída, pelo que eu, feito este contexto, vou ler apenas a sua parte deliberativa, para quem nos está a ouvir possa ter um entendimento do que está aqui a ser discutido.

Moção pela Garantia do Direito à Habitação nas Operações de venda de património habitacional do grupo Fidelidade e em todas as grandes operações de mercado Imobiliário.

O Direito à Habitação, tal como consagrado enquanto direito fundamental na Constituição da República Portuguesa (artigo 65.º, n.º 1) prescreve que “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”.

Para a garantir o Direito à Habitação, “O Estado adotará uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria.” (artigo 65.º, n.º 3 da Constituição da República Portuguesa).

Assim, o regime jurídico do arrendamento urbano terá de ser equilibrado e preservar o equilíbrio contratual das relações jurídicas naturalmente desequilibradas entre senhorios e inquilinos. Como ensinam GOMES CANOTILHO E VITAL MOREIRA, o Direito à Habitação “(...) inclui o direito à segurança na habitação, com salvaguarda de garantias legais adquiridas, sendo, por exemplo, inconstitucional a submissão das regras de arrendamento, das rendas e dos despejos inteiramente à liberdade contratual e



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

à pura lógica do mercado de habitação.” (in Constituição da República Portuguesa Anotada, Volume I, 4ª edição revista, Coimbra Editora, 2007, pág. 836).

Apesar da grande margem de discricionariedade conferida ao legislador na regulamentação do regime jurídico do arrendamento urbano para a habitação, até 2006, com a publicação do Novo Regime do Arrendamento Urbano, pela Lei n.º 26/2006, de 27 de Fevereiro, iniciou-se um caminho de liberalização do mercado de arrendamento que atingiu o seu auge com as alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2012, de 14 de Agosto, conhecida como a “Lei Cristas”.

A Lei n.º 31/2012, de 14 de Agosto visou responder às exigências liberalizantes impostas no Memorando de Entendimento da República Portuguesa com o FMI, a CE e o BCE, agravando ainda mais a crise social que se vivia já no País, facilitando os despejos, agora simplificados e com menor controlo jurisdicional, através do “Balcão do Arrendamento”

A par desta realidade, promoveu-se a liberalização da atividade do Alojamento Local, cuja ausência de limites e regulamentação, assim como a procura de prédios destinados a habitação para esta atividade ditou a corrida aos despejos e às resoluções de contratos de arrendamento para habitação para responder à crescente procura por este sector de atividade.

Sem embargo da necessidade de proceder a uma profunda alteração, ou mesmo à revogação do Novo Regime do Arrendamento Urbano, de forma a repor o equilíbrio das relações contratuais no âmbito do arrendamento urbano, há hoje uma realidade candente que urge resolver.

Sempre se poderia apelar ao exercício do direito de preferência pelos inquilinos, tal como previsto no artigo 1091.º do Código Civil. Sucede que este regime encontra dificuldades de aplicação, em particular quando ligado a grandes transações, seja por poder tratar-se de prédios que não se encontrem em regime de propriedade horizontal, sendo alienados no seu todo e sem hipótese do exercício do direito de preferência, seja pelo facto de a venda poder abranger diversas frações autónomas e de ter tal direito de ser exercido no seu conjunto.

Em tais situações, ficam os inquilinos privados da possibilidade do exercício do direito de preferência, havendo que adequar o quadro legislativo à possibilidade real do exercício de tal direito, acrescentando-se ainda prazos mais dilatados para o efeito.

Sem embargo de tais alterações legislativas, gozando o Município de Almada também do direito de preferência, nos termos de diversas normas jurídicas, deve o Município de Almada equacionar o seu exercício, com vista à intervenção no mercado imobiliário e à salvaguarda do Direito à Habitação.

Bem se sabe que tal medida implica o endividamento do Município, sendo portanto o momento de exigir alterações ao regime do endividamento municipal, excepcionando dos limites deste os investimentos em



habitação e possibilitando a prestação de garantias reais pelo Município com base no património imobiliário adquirido, baixando assim os custos de financiamento.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida, no Laranjeiro, no dia 26 de Abril de 2018, delibera:

1 – Apelar ao Governo e aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República:

- Para que legislem no sentido de possibilitar que os inquilinos, em primeiro lugar, e o município, em segundo lugar, sejam titulares do Direito de Preferência na alienação do locado, independentemente de o negócio jurídico ser mais vasto que o locado, proporcionando-lhes ainda um prazo mais alargado para o exercício desse direito;
- Para que legislem no sentido de modificar o regime jurídico do endividamento municipal, no sentido de excepcionar dos limites do endividamento todo e qualquer investimento na aquisição ou em obras em imóveis destinados à habitação e de possibilitar que imóveis destinados à habitação que venham a ser adquiridos ou objeto de obras pelos municípios, constituam garantia real dos empréstimos contraídos para tal fim, assegurando assim melhores condições de financiamento para os Municípios.

2 – Recomendar ao Executivo da Câmara Municipal de Almada que avalie sempre a possibilidade de exercício do direito de preferência pelo Município de Almada relativamente a imóveis destinados a habitação onde existam contratos de arrendamento que, pela sua dimensão e número de inquilinos, possam agravar a já delicada situação de acesso ao Direito à Habitação.

Isto evidentemente, não impede que continuemos a lutar pela revisão do regime do arrendamento urbano, que muito bem sabemos o mal que tem feito a este país e a estas pessoas”.

6.2.2 - O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar a Moção sobre o Dia Internacional do Teatro e Defesa do Festival de Teatro de Almada (Anexo 4);

O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção sobre o Dia Internacional do Teatro e Defesa do Festival de Teatro de Almada.

Comemorou-se no passado dia 27 de março o Dia Mundial do Teatro, efeméride essa que lembra e homenageia a arte de representar e todos aqueles que dedicaram e dedicam a sua vida ao espetáculo dignificando essa arte que teve o seu apogeu na Grécia Antiga, apesar de se identificarem muitos séculos antes representações por parte do Homem.

A homenagem ao Dia Mundial do Teatro estende-se a atores, dramaturgos, encenadores, pessoal técnico, diretores e mecenas que investem e ajudam a promover o Teatro e as diversas formas de representação



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

desde as maiores e mais conhecidas companhias até às mais pequenas e desconhecidas companhias de bairro.

Neste reconhecimento seria injusto não reconhecermos o papel que o Teatro e a representação nas mais diversas formas de manifestação desde o palco até às performances de rua, tiveram e continuam a ter para a cidade de Almada.

Também em Almada saudamos todas as companhias de Teatro que com dedicação e empenho dão a oportunidade aos almadenses de ter o Teatro como uma manifestação de Cultura com qualidade e acessível.

É precisamente na defesa da Cultura em especial neste caso, do Teatro em Almada, que se manifesta uma profunda preocupação com os cortes que o Governo pretende aplicar ao Teatro de Almada.

Apesar do reconhecimento na tentativa de tutela em abranger e dar oportunidade a que mais companhias tenham acesso a mais financiamento que permita realizar mais espetáculos e chegar a mais público, é manifestamente lesivo para a Cultura e para o Teatro, que a Direção Geral das Artes (DGA), prossiga com a intenção de aplicar um corte considerável ao Teatro de Almada, corte esse, que trará dificuldades financeiras à Companhia de Teatro de Almada, colocando mesmo em risco a realização com a qualidade que todos reconhecem, do seu Festival que todos os anos se realiza no concelho e que tem atraído cada vez mais público.

O trabalho desenvolvido ao longo de anos pela Companhia de Teatro de Almada, nomeadamente o festival anual, merece que seja revista a posição da DGA sob pena de defraudar artistas e público e todo um património cultural que a mesma companhia na pessoa do seu Diretor Rodrigo Francisco e do legado de Joaquim Benite nos habituou.

Perante estes factos, é imperativo que os 100 mil euros anuais consubstanciados em 25% do seu orçamento, sejam rapidamente revertidos para que o Teatro de Almada não veja colocado em causa o seu trabalho e a qualidade do espetáculo que oferece aos seus visitantes.

O Festival de Teatro de Almada é já um ícone da cidade e do concelho, e mesmo ao nível nacional e internacional, razão pela qual, a Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 26 de abril de 2018 na localidade do Laranjeiro, vem desta forma:

- 1 - Saudar o Dia Mundial do Teatro bem como artistas, encenadores, diretores dos teatros e restantes profissionais da arte de representar
- 2 - Defender a reposição do financiamento na íntegra ao Teatro de Almada por parte da Direção Geral das Artes, com o objetivo de minimizar os impactos negativos dos cortes previstos pelo Governo para a



respetiva companhia, nomeadamente na realização anual do Festival de Teatro de Almada, manifestando toda a solidariedade com a mesma e com o seu Diretor, Rodrigo Francisco.”

6.2.3 – A Senhora Deputada Municipal Vanda Silva (PS), para apresentar a Moção Saudação a todos os trabalhadores, por ocasião do 1º de Maio (Anexo 5);

A Senhora Deputada Municipal Vanda Silva (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção Saudação a todos os trabalhadores, por ocasião do 1º de Maio.

Em 1889 o Congresso Operário Internacional, reunido em Paris, decretou o 1º de Maio como o Dia Internacional dos Trabalhadores, em homenagem à luta de 500 mil trabalhadores que, em 1886, nesse mesmo dia, saíram à rua em Chicago, nos Estados Unidos, numa manifestação pacífica, exigindo a redução da jornada de laboração para as oito horas de trabalho.

Este dia tem um particular significado para o movimento sindical, mas também para todos os que defendem uma sociedade mais justa e solidária: é um dia de afirmação dos valores do sindicalismo, da justiça social e da necessidade do progresso económico e social.

Comemorar o dia do trabalhador é também lembrar o direito ao trabalho, constitucionalmente previsto. Ao longo dos últimos dois anos o XXI Governo Constitucional tem obtido resultados evidentes neste campo. Para além da justa reposição de rendimentos e da valorização dos trabalhadores, que tem tido uma ação direta na melhoria das condições de vida dos portugueses, o foco no emprego desde o início colocado por este governo permitiu ao nosso país atingir os melhores resultados dos últimos anos.

Portugal tem hoje uma taxa de desemprego de 7,8%, a mais baixa dos últimos 14 anos, tendência igualmente sentida no desemprego jovem. Há menos desempregados mas não só. O emprego cresce ainda a um ritmo superior à desta descida: desde a tomada de posse do Governo do Partido Socialista já foram criados quase 300 mil novos empregos no nosso país. No quarto trimestre de 2017 a taxa de emprego cresceu o dobro da média da zona euro.

A referida diminuição da taxa de desemprego, o ainda maior aumento do emprego, a sustentada subida do salário mínimo nacional, o aumento do rendimento disponível e o crescimento económico (o maior deste século), garantem um efetivo incremento às políticas sociais e tornam as opções políticas claramente assumidas os elementos estruturantes para o desenvolvimento social e económico do nosso país.

Celebrar o trabalho e o seu valor, bem como os direitos e os valores da liberdade, justiça, igualdade e solidariedade devem ser propósitos permanentes. Mas os direitos conquistados no trabalho e no



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

emprego não são universais e a OIT (organização internacional do trabalho) continua a denunciar atropelos à escala mundial.

Conscientes que a luta se faz todos os dias, na busca de direitos e da sua consolidação, a Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 26 de abril, delibera saudar todos os trabalhadores, bem como o movimento sindical.”

6.2.4 - O Senhor Deputado Municipal Nuno Dominginhos (PSD), para apresentar a Moção Cristo Rei 2018 (Anexo 6);

O Senhor Deputado Municipal Nuno Dominginhos (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção Cristo Rei 2018.

Esta moção já vai ser apresentada com as alterações propostas pela CDU.

O Cristo Rei um ícone “monumento da Paz” no distrito de Setúbal, concelho de Almada, deu o seu primeiro abraço de 28 metros (distância entre as mãos) a Lisboa a 17 de maio de 1959, dia de Pentecostes. Neste mesmo dia assinalam-se 59 anos da sua inauguração, força motriz para o desenvolvimento turístico e religioso.

A poucos dias do seu aniversário, o seu olhar de 110 metros transmite uma grande mensagem de Paz sobre Lisboa, toda a Península de Setúbal, a Portugal onde o homem é provocado a descobrir, sentir e viver através do Amor, onde se deseja que conquiste a humanidade.

O Cristo Rei ex-libris da cidade de Almada merece o reconhecimento do Município, pelo que a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 26 de abril de 2018, delibera:

1. Que o Município de Almada homenageie e felicite a Diocese de Setúbal pelo 59.º aniversário do Cristo Rei;
2. Que reconheça o Cristo Rei como sendo um “triângulo de ouro” para os peregrinos na Península Ibérica, com Fátima e Santiago de Compostela;
3. Que promova o espaço enquanto local para a construção de um mundo melhor, seja católico, ateu, ou de outro credo, comprometa-se com esta causa universal, a Paz.”

6.2.5– O Senhor Deputado Municipal António Proença (PSD), para apresentar a Moção pela Requalificação da Avenida do Mar (Anexo 7);

O Senhor Deputado Municipal António Proença (PSD):



JK

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Não irei ler a moção na medida que a mesma foi previamente distribuída, aproveito a oportunidade para falar um bocadinho sobre sonhos e realidades.

Todos sabemos que a mobilidade e os transportes em áreas de baixa densidade habitacional, são muito dispendiosos, difíceis de operacionalizar e normalmente pouco sustentáveis. Na realidade não há soluções fáceis para problemas difíceis. Mas, são esses desafios que tornam a Charneca e a Aroeira, uma excelente oportunidade para os nossos decisores mostrarem que são diferentes, que são vencedores, e sobretudo que merecem o nosso apoio e o nosso aplauso.

O que se pede é que aproveitemos as obras da Avenida do Mar para dar aquela vasta área do território de Almada, uma verdadeira via estruturante que contenha espaços pedonais, vias clicáveis, paragens para transportes públicos servidos por recortes fora das vias de rodagem, abrigos de passageiros, pequenos parques de estacionamento que permita a complementaridade entre o transporte individual e o transporte público, sempre necessário em zonas de baixa densidade, como que se de micro interfaces se tratassem.

Estes são alguns dos nossos sonhos, e que convosco partilhamos. Cabe aos Senhores como decisores, torná-los realidades.

Moção pela Requalificação da Avenida do Mar.

Considerando que os territórios da Charneca de Caparica e Sobreda são territórios que os sucessivos executivos municipais votaram ao abandono nas últimas décadas e considerando todo o potencial turístico que aquela zona do concelho tem, é urgente a requalificação e reconversão da Avenida do Mar como via estruturante de aproveitamento turístico do nosso concelho.

Considerando que a Aroeira, ainda hoje, tem poucas vias pedonais, poucas ou nenhuma zonas cicláveis e uma das mais deterioradas redes viárias do nosso concelho, os eleitos na Assembleia Municipal não podem deixar de acreditar que com o novo executivo municipal, resultante de uma mudança expressa nas últimas eleições autárquicas, o panorama de inação e abandono terminaram, passando a existir agora a vontade que outrora inexistia.

Deste modo, entende a Assembleia Municipal que é dever do executivo municipal proceder à total requalificação na Avenida do Mar e à requalificação das Avenidas da Aroeira que em muitos casos não tiveram direito a mais do que uma rega asfáltica ao longo de 40 anos.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Ordinária a 26 de abril de 2018, delibera o seguinte:



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

- 1) Saudar o Executivo Municipal pelas iniciativas em curso para a requalificação das Avenidas da Aroeira;
- 2) Recomendar ao Executivo Municipal que proceda à requalificação da Avenida do Mar na Aroeira;
- 3) Recomendar ainda que os projetos de reconversão sejam norteados por princípios da sustentabilidade ambiental e que as vias a reconverter tenham zonas pedonais e cicláveis.”

6.2.6 – O Senhor Deputado Municipal António Salgueiro (PSD), para apresentar a Recomendação pela Adesão à Tarifa Social da Água (Anexo 8);

O Senhor Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O direito à água e ao saneamento, foi considerado um direito humano pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em 28 julho de 2010.

Nesse sentido, O Decreto-Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro, “(...) estabelece o regime de atribuição de tarifa social para a prestação dos serviços de águas (tarifa social), a atribuir pelo município territorialmente competente e a aplicar a clientes finais do fornecimento (...) dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.”, mediante proposta da câmara municipal e posterior deliberação da assembleia municipal.

“(...) são elegíveis para beneficiar da tarifa social as pessoas singulares que se encontrem numa situação de carência económica que toma por referência as pessoas beneficiárias de, nomeadamente, complemento solidário para idosos, rendimento social de inserção, subsídio social de desemprego, abono de família, pensão social de invalidez, pensão social de velhice ou cujo agregado familiar tenha um rendimento anual igual ou inferior a €5 808, acrescido de 50% por cada elemento do agregado familiar que não afigure qualquer rendimento, até ao máximo de 10.”.

Durante o ano 2017, 1 534 famílias, clientes dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS) de Almada, beneficiaram do tarifário social, tendo ficado isentos da cobrança da tarifa fixa, bem como dos consumos do 1.º escalão, até aos 5m³.

A adesão à tarifa social da água, nos termos do Decreto-Lei mencionado, permitirá que milhares de famílias passem a beneficiar de um tarifário mais justo e solidário, de forma automática, à semelhança do que já acontece nos contratos da luz e do gás.

Atendendo às características socioeconómicas do nosso município, acreditamos que uma medida deste tipo poderá ser relevante no aumento do rendimento disponível das famílias em situação de carência económica.



Face ao exposto, a Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária aos 26 dias do mês de abril de 2018, apresenta uma recomendação ao município, para que este apresente uma proposta, com vista à implementação da tarifa social da água, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro.”

6.2.7 – O Senhor Deputado Municipal João Quintino (PS), para apresentar o Voto de Saudação pelo Anúncio da Realização do Mundialito de Futebol de Praia A (Anexo 9);

O Senhor Deputado Municipal João Quintino (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/Saudação Pelo Anúncio da Realização do Mundialito de Futebol de Praia A.

As Grandes Opções do Plano para 2018, propostas e aprovadas por iniciativa do atual executivo camarário, referem que é seu objetivo “Promover e apoiar a organização e acolhimento de projetos e eventos desportivos relevantes para o desenvolvimento e promoção desportiva, turística e económica do concelho, por via da utilização dos recursos físicos e institucionais do Município, e o acesso aos espaços naturais do território”.

Foi recentemente anunciado que um dos eventos desportivos mais emblemáticos do Verão, o Mundialito de Futebol de Praia, terá a sua 22ª edição realizada no concelho de Almada, mais concretamente na Costa de Caparica.

Esta edição de 2018, cuja organização está a cargo da Beach Soccer Worldwide em parceria com a Câmara Municipal de Almada, decorrerá entre os dias 15 e 17 de junho e contará com quatro equipas de renome mundial: o anfitrião, Portugal, a Espanha, o México e o Japão.

O Mundialito é o mais antigo evento de Futebol de Praia de âmbito mundial, realizando-se desde 1994 e tendo Portugal como a segunda equipa com mais títulos conquistados, num total de 5, atrás do Brasil que lidera esta lista com 14 troféus.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 26 de abril de 2018, delibera:

1. Saudar o executivo da Câmara Municipal de Almada pela realização deste evento desportivo que promove o turismo, o desporto e a economia local.
2. Manifestar e enaltecer a defesa dos propósitos das Grandes Opções do Plano como ferramenta para um efetivo aproveitamento do potencial do nosso concelho, em prol de todos os que nele habitam.”

6.2.8 – A Senhora Deputada Municipal Débora Rodrigues (PS), para apresentar o Voto de Condenação Pela Violência do Estado de Israel contra a população palestina (Anexo 10);



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A Senhora Deputada Municipal Débora Rodrigues (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Voto de Condenação Pela Violência do Estado de Israel contra a população palestina.

O dia 30 de março é assinalado pelo povo palestino como o Dia da Terra, recordando a morte de seis palestinos desarmados mortos, em 1976, às mãos das forças israelitas.

Desde este dia do presente ano, todas as sextas-feiras, milhares de palestinos têm-se juntado em diferentes pontos ao longo da fronteira de Gaza com Israel, na chamada Grande Marcha do Retorno, destinada a reivindicar, entre outros, o direito de retorno dos refugiados palestinos.

Neste contexto, tem-se verificado, semana após semana, uma escalada de violência das forças israelitas chamadas a reforçar as fronteiras, tendo o exército de Israel respondido, reiteradamente, com grande violência e desproporção. São comprovados os relatos de utilização de munições reais contra manifestantes desarmados o que fez, até ao momento, 36 vítimas mortais e milhares de feridos, todos palestinos.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 26 de abril de 2018, delibera:

- Condenar a violência desproporcional do exército de Israel contra a Marcha do Retorno, que gerou a perda injustificada de vidas humanas;
- Apelar ao respeito por parte de Israel das suas responsabilidades decorrentes do Direito Internacional humanitário e à realização de um apuramento independente e transparente dos acontecimentos;
- Exortar o Governo português a proceder ao reconhecimento do Estado da Palestina, nas fronteiras de 1967, tendo Jerusalém Leste como capital.”

6.2.9 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Gonçalves (CDU), para apresentar a Moção/Deliberação 1ª de Maio – dia Internacional do Trabalhador (Anexo11);

O Senhor Deputado Municipal Nuno Gonçalves (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/Saudação 1ª de Maio – Dia Internacional do Trabalhador.

A história do movimento operário internacional está recheada de acontecimentos e datas extremamente importantes. O 1º de Maio assume, indiscutivelmente, particular relevo e o mais profundo significado histórico.



11

A este dia estão intimamente ligadas muitas das maiores e mais exaltantes jornadas e movimentações de luta da classe operária, que, com sofrimento, coragem e determinação, demonstrou claramente o quanto é capaz a vontade coletiva dos trabalhadores para melhorar as suas condições de vida e de trabalho, vencer injustiças e desigualdades sociais, mudar mentalidades, transformar as sociedades e pôr fim à exploração do homem pelo homem.

132 anos depois da violenta repressão que se abateu sobre os trabalhadores de Chicago em luta pela conquista das 8 horas de trabalho e que levou à declaração do 1 de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, subsistem muitos e variados problemas que impedem a justa dignificação do trabalho, a segurança e o bem-estar dos trabalhadores e das suas famílias.

É verdade que, em resultado da luta dos trabalhadores e da ação dos seus sindicatos, se alcançaram importantes conquistas laborais e sociais que produziram alterações muito significativas nas relações laborais e que constituem, hoje, um património civilizacional e uma das referências mais caracterizadoras das sociedades democráticas.

O 1º de Maio de 1974 veio dar início a uma série de conquistas que corresponderam a prementes reivindicações e anseios das classes trabalhadoras e das massas populares. A determinação e a energia criadora das massas populares em movimento impulsionaram a evolução do processo de democratização da vida e da sociedade portuguesa. Conquistam-se liberdades e direitos fundamentais.

Saudamos os 44 anos do primeiro 1º de Maio em liberdade, mas infelizmente, os trabalhadores estão confrontados com uma completa desregulamentação das relações de trabalho que nos obriga a lutar, com redobrada força, contra a crescente precariedade e o aumento dos horários de trabalho, pelos direitos sociais, pela contratação coletiva e os direitos sindicais.

Em geral, o patronato mostra-se incapaz de adotar métodos de gestão modernos, querendo manter um modelo económico assente em baixos salários, trabalho pouco qualificado e precário, desrespeitando leis e bloqueando a contratação coletiva.

Aos trabalhadores, com o contínuo agravamento da precariedade no trabalho, tanto no sector privado como no público, são criadas novas formas de instabilidade e insegurança, reduções salariais significativas e perda de direitos individuais e coletivos, especialmente junto dos mais jovens. É tempo, de uma vez por todas, de se entender que isto configura um crime social, porque não havendo emprego estável não há projeto de vida.

Muitos trabalhadores não veem os seus salários aumentados como seria justo, em resultado do bloqueio do patronato à negociação da contratação coletiva.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O mesmo patronato que continua a tentar forçar a caducidade das convenções para eliminar importantes direitos alcançados pela luta reivindicativa de gerações de trabalhadores.

Em resultado de tudo isto, agravam-se as condições de vida da maioria dos trabalhadores, para quem a perda do poder de compra dos salários é uma situação inaceitável. Entretanto, o custo de vida não para de aumentar, criando novas dificuldades à maioria da população.

Assim, Assembleia Municipal de Almada, na sua sessão ordinária de 26, 27 e 30 de Abril de 2018, delibera:

Saudar todos os trabalhadores, que no próximo dia 1 de Maio, Dia Internacional do Trabalhador afirmarão uma vez mais a dignidade da sua condição de trabalhadores; honrarão aqueles que no passado organizaram os trabalhadores e construíram, com a sua luta, o património de direitos laborais, sindicais e políticos que nos legaram, e reafirmarão o mais firme propósito de defender os direitos conquistados e de lutar por uma sociedade mais justa, coesa e solidária.”

6.2.10 – A Senhora Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN), para apresentar o Voto de Saudação Abril-mês assinalado para Prevenção dos Maus Tratos na Infância (Anexo 12);

A Senhora Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/Saudação Abril – mês assinalado para Prevenção dos Maus Tratos na Infância.

Abril é, internacionalmente, o Mês da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância. Um problema que une várias instituições na campanha de alerta para a prevenção dos maus-tratos a que muitas crianças e jovens ainda são sujeitos.

Sob o lema “Cuidar e proteger ajuda-nos a crescer”, esta campanha visa alargar a intervenção neste problema a outras áreas da sociedade, e sublinha a importância do reconhecimento de que os maus-tratos são uma realidade e que sobre a mesma é necessário agir.

A Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada pela Organização das Nações Unidas em 1989 e ratificada por Portugal em 1990, estabelece que as crianças são detentoras de direitos e não objeto de caridade. Destaca o papel fundamental da família no crescimento e bem-estar da criança, reconhecendo a importância crucial de um ambiente familiar marcado por amor, harmonia e compreensão para o pleno desenvolvimento da criança.

As crianças e os jovens passam a ser reconhecidos como sujeitos ativos e participativos, com discernimento e necessidades próprias, vendo nesta Convenção o respeito e o reconhecimento Institucional das suas particularidades.



A Convenção sobre os Direitos da Criança tem como um dos seus quatro princípios fundamentais o do Superior Interesse da Criança, e no nº1 do artigo 19.º estabelece que “Os Estados Partes tomam todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas adequadas à proteção da criança contra todas as formas de violência física ou mental, dano ou sevícia, abandono ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, incluindo a violência sexual, enquanto se encontrar sob a guarda de seus pais ou de um deles, dos representantes legais ou de qualquer outra pessoa a cuja guarda haja sido confiada.”

Uma das metas da Organização das Nações Unidas referida nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030 é “acabar com o abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra as crianças” (Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

A Estratégia do Conselho da Europa sobre os Direitos da Criança, adotada pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa em 2 de março de 2016 estabelece o direito a uma vida livre de violência para todas as crianças como uma das cinco áreas prioritárias do Conselho da Europa.

A família deverá ser uma estrutura de cuidado, afeto e segurança e possibilitar o desenvolvimento saudável e pleno das competências e características da criança.

Segundo a APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, os maus-tratos correspondem a ações ou omissões não acidentais praticadas pelos pais ou outros prestadores de cuidados, que atentam contra a satisfação adequada dos direitos e necessidades da criança e comprometem a sua segurança, dignidade, bem-estar e desenvolvimento pleno.

Os maus-tratos a crianças em contexto familiar, devido às dinâmicas familiares instaladas (situações de violência interparental/conjugal ou falta de laços de afetividade entre os pais/prestadores de cuidados e as crianças) e aos vários obstáculos que impedem a revelação da experiência da vitimação, tendem a ocorrer de forma continuada, intensificando-se a sua frequência e gravidade, com riscos óbvios para a integridade física e mental das crianças. As vítimas são particularmente e duplamente vulneráveis na medida em que existe continuidade nos maus-tratos praticados em contexto privado por pessoas que, à partida, deveriam ser sinónimo de amor, proteção e cuidado.

Devido a este forte risco de vitimização associado ao contexto familiar privado, à continuidade dos maus-tratos e à sua intensificação, a prevenção assume um carácter crucial para a proteção das crianças, sendo fundamental a atuação dos profissionais que contactam diretamente com as crianças na sinalização de situações de maus-tratos e na atuação para a remoção do perigo em que se encontram.

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almada, em 2017, teve um total de 1047 processos. Deste volume processual global, 404 transitaram de anos anteriores, 12 foram recebidos através de outras CPCJ, 128 processos reabertos e 503 corresponderam a novos processos. De referir também que, no que



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

diz respeito à tipologia de problemáticas sinalizadas, tanto em 2016 como em 2017, as três problemáticas mais frequentes foram respetivamente: a exposição a comportamentos que podem comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança, os comportamentos assumidos por crianças e jovens que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada, e a negligência.

Tenhamos sempre em consideração que os dados oficiais disponíveis relativos a crianças e jovens vítimas de maus-tratos correspondem a uma ínfima parte da realidade, e que toda a sociedade deve estar atenta aos sinais e manifestações de maus-tratos, existindo o dever cívico e moral de alertar as entidades competentes de forma a combater o sofrimento destas.

A Assembleia Municipal de Almada, na sua Sessão Ordinária de 26, 27 e 30 de abril de 2018, delibera saudar:

1. A iniciativa “Abril - Mês Internacional da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância”;
2. O Município de Almada por ter aderido, em Junho de 2017, ao programa “Cidades Amigas das Crianças”, lançado pela UNICEF em 1996, cujos fundamentos assentam nos quatro princípios base da Convenção: de Não discriminação, de Ouvir as crianças e respeitar as suas opiniões, do Interesse Superior da Criança e da Sobrevivência e Desenvolvimento;
3. Todas as entidades e movimentos que, ao longo do tempo, têm lutado pelos direitos das crianças e jovens e que, em particular ao longo deste mês, têm promovido diferentes ações de sensibilização em prol dos direitos das crianças, designadamente o direito à infância e ao seu desenvolvimento num ambiente sadio e livre de qualquer violência física ou emocional;
4. Todas as crianças e jovens, como forma de reconhecimento pelo seu direito à infância, desejando que o seu superior interesse seja sempre prevalecente.”

6.2.11 - A Senhora Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN), para apresentar a Recomendação Campanha de apoio à esterilização de cães e gatos de companhia (Anexo 13).

A Senhora Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/Recomendação Campanha de apoio à esterilização de cães e gatos de companhia.

Considerando que:

1. No passado dia 03 de abril, foi publicado o Despacho nº. 3283/2018 na Série II do Diário da República n.º 65/2018, de 2018-04-03, que aprova um apoio financeiro global de 500 000 euros para a realização de campanhas de esterilização de animais de companhia, no âmbito da Lei nº. 27/2016 de 23 de agosto



12

(que estabelece a proibição do *abate* de animais como forma de controlo da população, privilegiando a esterilização), com efeito pleno em outubro próximo;

2. Cada município dispõe de um limite de financiamento até 15 000 euros;
3. Com este Despacho vai ser possível aumentar o número de esterilizações, reduzir o abandono e o número de animais que entram nos canis, apoiar os munícipes carenciados nas esterilizações dos seus animais e integrar os animais errantes e das associações nas esterilizações previstas;
4. As câmaras municipais têm a possibilidade de escolher o tipo de animais que querem esterilizar, cães ou gatos, o respetivo sexo e a origem dos mesmos (animais errantes, animais alojados no CRO, animais de munícipes carenciados e animais a cargo de associações de proteção animal);
5. O número e a proveniência dos animais que irão ser abrangidos por este programa deverão constar numa lista para que o processo seja transparente e eficaz;
6. Existem várias associações de proteção animal no concelho de Almada cujo trabalho de recolha de animais abandonados e errantes, e a sua posterior esterilização, constitui um apoio fundamental no controlo de animais do concelho;

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 26, 27 e 30 de abril de 2018, delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada:

1. A candidatura da Câmara Municipal de Almada ao referido apoio financeiro;
2. A elaboração de uma lista de animais a serem esterilizados que inclua o número de animais, o sexo e a proveniência dos mesmos;
3. Que sejam incluídos nessa lista: animais a cargo das associações do concelho (bem como de grupos informais), animais errantes e animais de munícipes carenciados;
4. A criação de uma base de dados, em colaboração com as associações e Juntas de Freguesia do concelho de Almada, e associada ao Serviço Veterinário Municipal, que permita quantificar e localizar os animais por esterilizar, detidos por munícipes carenciados, comunitários e errantes.”

6.2.12 - A Senhora Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN), para apresentar a Recomendação Dia Internacional da Biodiversidade (Anexo 14).

A Senhora Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/Recomendação Dia Internacional da Biodiversidade.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Considerando que:

1. O Dia Internacional da Biodiversidade é comemorado a 22 de maio, visando alertar a população para a necessidade e importância da conservação da diversidade biológica. Em 2018 o tema escolhido é a celebração dos 25 anos de ação para a biodiversidade;
2. A biodiversidade – a variedade de formas de vida na Terra – é fundamental para o equilíbrio dos ecossistemas, tornando o nosso planeta habitável, condição essencial para a existência da Vida tal como a conhecemos;
3. A importância da biodiversidade é hoje indiscutível e ainda assim as pressões exercidas sobre os sistemas naturais continuam a aumentar, fazendo com que funcionem de forma menos equilibrada ou levando-os mesmo ao colapso. Aquilo que designamos por perda de biodiversidade é hoje uma situação demasiado comum;
4. A lista de pressões sobre a biodiversidade é longa e as ameaças sobre a existência de numerosas espécies continua a aumentar. A destruição e a fragmentação de habitats, a poluição do ar, terra e água, a sobre-exploração das zonas pesqueiras, dos recursos, das florestas e das terras, a introdução e proliferação de espécies não nativas e a libertação de quantidades crescentes de gases com efeito de estufa são alguns dos graves problemas que põem em causa a sobrevivência de inúmeras espécies;
5. Na Europa, cerca de um quarto das espécies selvagens estão agora ameaçadas de extinção e muitos ecossistemas encontram-se num estado de degradação incapacitando-os de exercer as suas funções. Esta degradação acarreta enormes prejuízos ambientais, sociais e económicos para as regiões;
6. Em maio de 2011, a Comissão Europeia adotou uma nova estratégia que estabelece o quadro de ação da UE para os próximos anos com o objetivo de atingir as metas centrais para 2020 em matéria de biodiversidade;
7. A Organização das Nações Unidas estabeleceu uma série de metas a atingir nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030, diretamente relacionadas com a preservação da biodiversidade, patentes em dois dos objetivos: Objetivo 14 – Proteger a Vida Marinha e Objetivo 15 – Proteger a Vida Terrestre, como por exemplo:
 - a) Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive através do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos;
 - b) Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitats naturais, travar a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas;



c) Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade no planeamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contabilidade;

d) Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.

8. O concelho de Almada é rico em biodiversidade dada a sua localização geográfica, beneficiando de uma grande multiplicidade de habitats como os ecossistemas marinhos, os cordões dunares litorais, e os bosques e matagais, sendo assim de extrema importância preservar esta riqueza ambiental;

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 26, 27 e 30 de abril de 2018, delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada:

1. O cumprimento do Plano de Ação Local para a Biodiversidade, considerando os objetivos definidos pela Convenção sobre a Diversidade Biológica, as Metas de Aichi e a Estratégia da União Europeia para a Biodiversidade 2020;
2. A celebração e divulgação do Dia Internacional da Biodiversidade enquanto marco importante da necessidade da conservação da diversidade biológica, através de diversas iniciativas nos parques, escolas e áreas protegidas do concelho.”

6.2.13 - O Senhor Deputado Municipal Sérgio Bastos (PS), para apresentar o voto de Saudação Almada Mais Limpa (Anexo 15).

O Senhor Deputado Municipal Sérgio Bastos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/Saudação Almada Mais Limpa

Decorridos que estão cerca de seis meses sobre a tomada de posse do novo Executivo Camarário, é possível verificar uma melhoria significativa no que concerne à limpeza do Concelho em várias das suas vertentes, fruto de novos métodos de gestão e do esforço dos trabalhadores na adequação a essa nova realidade.

Com os mesmos meios disponíveis, tem sido possível atuar de forma diferente, prosseguindo como objetivo uma intervenção de proximidade, onde os serviços de higiene e limpeza se realizam diariamente, quer se trate de varredura manual, de varredura mecânica, lavagem de arruamentos, limpeza de passeios, lavagem de contentores ou recolha de resíduos.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Verifica-se também uma melhoria ao nível da intervenção em espaços de lazer, designadamente na frente de praias da Costa da Caparica e no chamado “paredão”, com um reforço da periodicidade na recolha das areias resultantes do movimento das marés e da força do vento. Esta situação acontecia em tal dimensão que quase impossibilitava a circulação por parte de cadeiras de rodas ou carrinhos de bebé.

Recuperaram-se equipamentos que estavam inoperacionais e que foram colocados ao serviço, permitindo um reforço na intervenção um relevante incremento de custos. Também os circuitos de recolha de resíduos foram otimizados, adequando-os às dificuldades apresentadas no terreno e aos meios existentes.

Estes seis meses foram pautados por uma procura constante das melhores práticas, em estreita colaboração com os serviços municipais, valorizando e melhorando o serviço público prestado aos munícipes do Concelho, com efeitos claros no conforto de quem vive e trabalha em Almada, mas também fornecendo uma melhor imagem da nossa terra a quem nos visita.

Fazer mais com os mesmos meios é um indicador de boa gestão, permitindo afirmar com toda a segurança que Almada Está Mais Limpa.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 26 de abril de 2018, saúda a Câmara Municipal e os trabalhadores da autarquia pelo esforço empreendido e pelos resultados já visíveis, em tão curto espaço de tempo, tendo em vista a resolução de um problema que ao longo dos últimos anos tem sido insistentemente referenciado pelas populações do nosso concelho: a higiene e limpeza dos espaços públicos.”

6.2.14 - A Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço (PS), para apresentar a Moção Companhia de Teatro de Almada (Anexo 16).

A Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/Deliberação Companhia de teatro de Almada.

O Governo de Portugal, por ação do Ministério da Cultura, levou a cabo um processo estruturado no sentido de rever o modelo de apoio às artes existentes no nosso país.

Deste novo modelo, amplamente discutido com todas as partes interessadas, resultaram nas últimas semanas os resultados provisórios, sendo que é já certo que existirá um valor total de verbas para 2018/2021 de 81,5 Milhões de Euros, face aos 45,6 Milhões de Euros do concurso relativo a 2013/2016. É, por isso, um reforço de cerca de 80% das verbas públicas disponibilizadas para o apoio à criação artística.



Uma das companhias de teatro concorrente foi a Companhia de Teatro de Almada, que todos os anos leva a cabo o Festival de Teatro de Almada, o maior e mais reconhecido certame do género em Portugal.

Mesmo ocupando os primeiros lugares na categoria de teatro, e sendo por isso uma das que obterá maior financiamento no âmbito do Programa de Apoio Sustentado neste quadriénio, o júri deliberou uma redução anual das verbas atualmente disponibilizadas em cerca de 110 mil euros, tendo-lhe sido atribuída uma verba anual de 289 mil euros.

Nas palavras dos organizadores, esta redução poderá colocar em causa a realização do Festival de Teatro de Almada, uma marca do nosso concelho, o que só pode ser visto com enorme preocupação.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 26 de abril de 2018 delibera:

- Expressar o seu reconhecimento à Companhia de Teatro de Almada pelo trabalho efetuado ao longo de décadas de criação artística e pela dinamização da cultura no nosso concelho;
- Saudar o Governo pelo reforço de 80% das verbas disponibilizadas entre 2018/2021 para o concurso de apoio sustentado às artes no nosso país;
- Manifestar, junto do governo, a sua preocupação relativamente aos resultados do concurso no que diz respeito à Companhia de Teatro de Almada, exigindo um aumento das verbas atribuídas por forma a não colocar em causa a realização do Festival de Teatro de Almada.”

6.2.15 - No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais Ivan Gonçalves (PS), Carlos Guedes (BE), Carlos Revés (CDU), António Pedro Maco (CDS-PP), João Galdes (CDU), Sandra Branco Duarte (PAN), Sílvia Sousa (PSD), António Salgueiro (PSD);

6.2.15.1 - O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas fazer duas ou três notas, fazendo referência na moção que o Bloco de Esquerda nos apresentou a propósito da habitação, e na parte deliberativa não há nenhuma referência que seja explícita que a exceção aos limites de endividamento sejam para habitação a custos controlados e se o Bloco de Esquerda estiver disponível para incorporar esta alteração, nós sentimo-nos à vontade para votar a favor esta proposta, bem como de todas as outras, que os outros partidos colocaram, ou que colocam hoje à nossa consideração. E, portanto, Senhor Presidente era apenas esta referência”.

6.2.15.2 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Estamos naturalmente disponíveis para essas alterações e assim no 1º ponto da parte deliberativa, no 2º parágrafo, onde se lê: “no sentido de excepcionar os limites do endividamento de todo e de qualquer investimento na aquisição, em obras e imóveis destinados à habitação a custos controlados e de possibilitar que imóveis destinados à habitação a custos controlados que venham a ser adquiridos...” Eu penso que assim vamos ao encontro daquilo que o PS sugere e não desvirtuamos aquele que é o objetivo primordial da nossa moção.

O Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente quase todos os documentos, não votaremos favoravelmente o documento quinze, “Almada Mais Limpa”. E por um motivo muito simples, nós saudamos naturalmente o trabalho que os trabalhadores e as trabalhadoras têm feito ao serviço do Município, não nos sentimos obrigados a saudar a Câmara por cumprir com as suas obrigações.

Em relação ao documento numero cinco do PSD, que se intitula “Cristo Rei 2018”, nós iremos abster-nos, não sem antes dizer que temos, naturalmente, um profundo respeito por todas as religiões, e aqui incluímos também naturalmente, a religião católica, e, no entanto, nós não podemos deixar de lamentar com bastante veemência, a futilidade presente nesta moção. Futilidade e a linguagem utilizada. O Cristo Rei foi erigido num momento em que não havia separação entre a Igreja e o Estado. Sendo um monumento à paz, foi mandado erigir por quem fez e fomentou a guerra. E disso nós não nos esquecemos, não podemos esquecer. Se os católicos não têm qualquer responsabilidade pelo contexto em que a estátua foi construída, o PSD tem total responsabilidade na apresentação desta moção. E tem também a responsabilidade que é a de trazer um assunto religioso para a discussão num órgão onde essa discussão deve ser política. Por isso, nós vamos abster-nos”.

6.2.15.3 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em relação ao documento salvo erro número sete, que é a proposta pela adesão à tarifa social da água. Já existe em Almada, desde dezasseis de dezembro 2011, uma tarifa social. Foi aprovada aqui inclusivamente nesta Assembleia Municipal. Uma tarifa social que a nosso ver, e aquilo que entendemos, é mais abrangente do que aquilo que é preconizado no Decreto-Lei 147/2017, de 5 de dezembro. É um modelo avançado, é um modelo que abrange mais pessoas, que permite uma maior proteção às famílias de Almada no acesso à água, é uma tarifa social que não está limitada às questões da tarifa fixa, mas sim também, da tarifa variável, e, portanto, do consumo propriamente dito com isenção dos 5 m³, que é o mais importante, que é o acesso à água das famílias, e, portanto, não vemos qualquer tipo de vantagem que resulte para os municípios na adesão do nosso Concelho a esta tarifa social. Se conseguirem dizer quais são, gostaríamos de as conhecer. Mas não vemos. Já foi isto debatido muito assintadamente



também quando foi das Grandes Opções do Plano e do Orçamentos para 2018, a nossa posição não mudou e, portanto, iremos como é obvio votar contra”:

6.2.15.4 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito rapidamente, apenas para dar indicação de que o CDS-PP vai votar favoravelmente todas as moções, com exceção, do voto de condenação pela violência do Estado de Israel contra a Palestina e contra a moção da CDU sobre o Dia Internacional do Trabalhador. Não está em causa como é evidente a comemoração deste dia, mas não nos revemos no corpo desta moção”.

6.2.15.5 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para dar conta do sentido de voto da CDU, relativamente aos documentos que ainda não foram referidos. Eu sou vou falar dos documentos onde não votaremos a favor, e que são os seguintes:

Iremos votar contra a moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, porque entendemos que o problema da habitação e do direito à habitação, passa pela revogação da Lei atual, da Lei conhecida por Lei Cristas, a Lei dos despejos, e não por qualquer outra solução que não passe por essa solução e daí que não estamos de acordo com as propostas que aqui nos são trazidas pelo Bloco de Esquerda e iremos votar contra.

Relativamente à proposta número cinco sobre a questão do Cristo Rei 2018, apresentada pelo PSD, a CDU apresentou um conjunto de propostas de alteração ao articulado, que foram aceites pelos PSD, e portanto, iremos votar favoravelmente.

Relativamente à Avenida do Mar, também apresentada pelo PSD, nós gostaríamos que esta moção fosse votada por pontos, o clausulado dos considerandos e por pontos. Nós apresentamos também algumas propostas de alteração ao articulado proposto pelo PSD que não foram aceites. E iremos abster-nos relativamente ao ponto um, porque não conhecemos nenhuma intervenção que esteja em curso na Aroeira para além daquelas que a CDU deixou no mandato anterior. E iremos votar favoravelmente os outros dois pontos, já que consideramos que é importante que se faça a intervenção na Aroeira.

A moção número oito, também pedíamos que fosse votada por pontos, diz respeito ao Mundialito de Futebol de Praia, que nos é apresentada pelo Partido Socialista. Iremos abster-nos relativamente ao ponto número um, não podemos saudar uma coisa que ainda não aconteceu, julgamos nós. E, iremos votar contra o ponto dois, porque pensamos que não é legítimo, que se retire de um acontecimento concreto, qualquer elação para o conjunto das Opções do Plano que nos foram apresentadas, para além de que a



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

CDU, como toda a gente se lembra, votou contra as Opções do Plano para 2018. Para além disso importa também sublinhar, que o Mundialito, a realizar-se na Costa da Caparica, se deve ao facto de o ano passado ter sido inaugurado o estádio para esse efeito.

Relativamente à proposta número quinze, também solicitávamos que ela fosse votada por pontos, “Almada Mais Limpa” apresentada pelo Partido Socialista. Iremos abster-nos nesta proposta. E iremos abster-nos porque reconhecemos, já tornamos isso público, que existem algumas zonas do Concelho de Almada que estão efetivamente mais limpas. Mas também há outras zonas do Concelho de Almada, onde isso não é uma realidade. Para além de considerarmos que nas zonas onde a limpeza melhorou, se deve em grande medida a fatores que se prendem com a atividade do anterior mandato. E, portanto, iremos abster-nos, porque consideramos que efetivamente há zonas mais limpas, há outras zonas que não estão tão limpas e há aqui uma responsabilidade partilhada relativamente a esta matéria.

Finalmente, pedíamos também que décima sexta moção, também apresentada pelo Partido Socialista, sobre a Companhia de Teatro de Almada fosse votada por pontos, e iremos abster-nos no ponto dois. Consideramos que é um pouco contraditório, que o Partido Socialista nos apresente aqui uma moção, em que celebra ou felicita o Governo, pelo facto de reforçar as verbas destinadas à atividade cultural, se bem que, mesmo reforçando estas verbas, fica muito longe de um por cento das despesas do Orçamento do Estado, que é exigido pelas instituições e pelas entidades de cultura deste país, e ao mesmo tempo critique o mesmo Governo, pelo facto de ter retirado cento e qualquer coisa mil euros à Companhia de Teatro, cerca de 25% do orçamento que estava considerado. Daí que votaremos favoravelmente o ponto um e três desta proposta, e iremos abster-nos no ponto dois”.

6.2.15.6 – A Senhora Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em primeiro lugar não se é possível, mas gostávamos de solicitar que a moção do PSD sobre o Cristo Rei fosse votada por pontos, e de referir que não podemos acompanhar o voto de saudação do PS, Almada mais Limpa, porque ainda que consideremos que a recolha de resíduos urbanos no Concelho de Almada, apresenta sem dúvida uma melhoria significativa, enquanto Almada não estiver limpa de glifosato, não poderemos aprovar qualquer voto desta natureza”.

6.2.15.7 – A Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria aproveitar para responder às questões que o Senhor Deputado Carlos Revés fez relativamente ao texto número sete. Aquilo que motivou a apresentação desta recomendação por parte do Grupo Municipal do PSD, e explicando a diferença, é que neste momento, o pedido de tarifa social é feito pelo



próprio. Ou seja, quem tem conhecimento, faz o pedido, quem não tem conhecimento, mesmo que esteja nas condições de carência económica, não tem essa atribuição de tarifa social. A Lei o que diz é que a aplicação é automática. Ou seja, são os serviços que enviam um ficheiro para a DGAL, que respeitando a proteção de dados, envia para os SMAS, quem está em condições de poder usufruir dessa tarifa. O que acontece é que muitas vezes, muitos idosos, que estão em condições de poderem usufruir da tarifa social, não tendo conhecimento, que podem fazer esse pedido não a têm. É por isso que foi regulamentado do ponto de vista legal esta questão e é por isso que se calhar é muito necessário implementar esta questão, exatamente pelo automatismo que a Lei determina”.

6.2.15.8 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Na minha intervenção de há pouco esqueci-me de referir uma moção que vamos votar a favor, mas que gostaríamos de fazer uma proposta de alteração ao Partido Socialista, que tem a ver com o voto de condenação pela violência do Estado de Israel contra a população da Palestina. E tem a ver com o seguinte: nós achamos que, e penso que é consensual, existe na Assembleia da República um Grupo Parlamentar especificamente dedicado a esta questão, e penso que é consensual esta consideração. Não há confrontos na Palestina, há um massacre na Palestina de uma população indefesa por um Estado agressivo. E as duas propostas de alteração que nós gostaríamos de fazer, é no terceiro parágrafo, que começa: “Neste contexto ...”, ficava: “Neste contexto tem-se verificado semana após semana uma escalada de violência das forças israelitas ...”, substituindo o que lá está que é: “confrontos entre manifestantes e Israelitas”. E a segunda proposta de alteração, é no segundo ponto da parte deliberativa, exatamente na parte final que diz: “apuramento independente e transparente dos atos que conduziram aos diversos confrontos ...”, substituir por: “realização de um apuramento independente e transparente dos acontecimentos”.

6.2.15.9 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De facto, poderá ser a única coisa melhorzinha que se encontra neste Decreto-Lei, nós não temos, no Município de Almada não temos capacidade nenhuma de fazer aquilo que a Administração Central faz automaticamente. Mas também é certo, que aderindo a isto, muitas das pessoas que hoje têm e são abrangidas pela tarifa social, vão deixar de o ser, porque não vão cumprir os requisitos. Porque nós, no nosso Município, temos uma tarifa social que é calculada com o rendimento equivalente per capita, que não pode ultrapassar o IAS, enquanto que aquilo que vai ser feito com este Decreto Lei, é tão somente o rendimento bruto que é declarado no IRS, e que depois é feito o respetivo cálculo pelo o IRS per capita.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Portanto, acaba por ser o rendimento per capita de cada um dos elementos. Além disso, não vemos outra coisa boa que possa sair daqui. Portanto, o que é que a gente propunha então? Se estivessem de acordo, que esta moção pudesse descer à Comissão para que nós pudéssemos tentar casar as duas coisas, até porque a própria legislação, o próprio Decreto Lei, diz que os Municípios, isto é o mínimo, os Municípios não são obrigados a ter só isto, podem ter mais. Se conseguíssemos casar estas duas situações, para que as pessoas que hoje têm, não deixassem de ter, mas que pudéssemos alargar a outros, sim senhor, para alargar nós estamos de acordo, mas não podemos deixar de estar contra a que as pessoas que agora têm deixem de ter, nós faríamos essa proposta, se estivessem de acordo, para baixar à Comissão, e depois então veríamos”.

6.2.15.10 – O Senhor Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à moção do CDS-PP, sobre o Dia Internacional do Teatro, e em Defesa do Festival de Teatro de Almada, votaremos a favor, dando nota de que este é um evento que orgulha o Concelho de Almada, e que representa uma bandeira do país, constituindo-se mesmo como um dos mais importantes a nível mundial.

O PSD, considera que o Governo, deve criar os requisitos para que esta organização continue a ser um dos cartões de visita de Portugal no mundo, especialmente a nível cultural. Não é compreensível, que após a 34ª edição deste Festival e com a enorme qualidade que lhe é reconhecida, venha o Governo pôr em causa todo o trabalho até agora realizado.

Já no que se refere à moção sobre o mesmo tema apresentada pelo Partido Socialista, não nos revemos em parte dos considerandos, e solicitamos que a matéria deliberativa seja votada ponto por ponto.

Votaremos a favor da saudação do PS sobre a realização do Mundialito de Futebol de Praia, na Costa da Caparica, evento a que também nos associamos e que esperamos que possa trazer ao Concelho de Almada e à Cidade da Costa da Caparica, uma maior dignificação e divulgação.

Votaremos também a favor da saudação do PS sobre Almada mais limpa, que é uma situação que se vem verificando em todo o Concelho.

Votamos também favoravelmente a saudação do PAN sobre os maus tratos da infância, bem como a recomendação sobre a campanha de esterilização dos animais de companhia, e ainda a recomendação sobre a biodiversidade.

Relativamente à moção da CDU sobre o 1º de Maio, não nos revemos em grande parte dos considerandos, mas votaremos a matéria deliberativa.



Igualmente no que respeita à moção do PS sobre o 1º de Maio, não nos revemos numa parte também dos considerandos, mas votaremos também a favor da parte deliberativa.

Finalmente sobre a moção do Bloco de Esquerda, sobre habitação, solicito à Senhora Presidente, que se pronuncie sobre a parte deliberativa desta, no que diz respeito à intervenção da Câmara Municipal”.

6.2.15.11 – A Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao repto, o Grupo Municipal do PSD não tem qualquer problema em que a moção baixe à Comissão”.

6.2.15.12 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No que diz respeito a algumas das considerações que foram feitas, desde logo sobre a moção que o Partido Socialista apresentou, relativamente à Companhia de Teatro de Almada, que não nos parece que seja minimamente contraditório, aquilo que está referido em cada um dos pontos. Porque estamos a falar de dois assuntos diferentes. Um assunto, é a aposta que este Governo teve, no sentido de reforçar as verbas que estão disponíveis para o concurso de apoio às artes, que é factual, quase que duplicaram, e isto é uma boa notícia para o nosso país, é uma boa notícia que eu acho que todos os partidos acompanham, mesmo estando longe daquele 1%, que nós gostaríamos que fosse a verba disponível. Agora, não se pode é dizer que um aumento de 80%, não tem importância. Tem. Aquilo que há depois, num segundo plano, é um problema com o modelo, que já todos identificamos e que resultou que, por exemplo, as companhias mais bem cotadas como é o caso da Companhia de Teatro de Almada, e porque o teto foi colocado precisamente próximo das verbas que a Companhia de Teatro de Almada habitualmente recebe para este tipo de concursos, o resultado do concurso fez com que apesar de existirem mais verbas e de mais companhias a serem apoiadas, no caso específico da Companhia de Teatro de Almada, existe um corte anual de mais de 100.000.00 € (cem mil euros), e portanto aquilo que nos parece, é sendo que este corte, traz constrangimentos no funcionamento da Companhia de Teatro de Almada, e pelo que é também relatado, pode colocar em causa o Festival de Teatro de Almada, esta é uma questão que o Governo deve ter em conta, reavaliar a forma como construiu o modelo, e permitir que não exista corte nenhum na Companhia de Teatro de Almada. E, portanto, daí que nos parece que existe coerência entre os dois pontos.

Por outro lado, e sobre aquela que é a posição do Bloco de Esquerda sobre a moção “Almada Mais Limpa”. Parece que é unânime, ou pelo menos, que existe um grande consenso que Almada está verdadeiramente mais limpa, e que os esforços que o Executivo Camarário fez, têm vindo a dar resultados. Em primeiro



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

lugar, a saudação que é feita ao Executivo Camarário, é feita a todo o Executivo Camarário, não apenas aos Vereadores do Partido Socialista, e, portanto, parece-me que pode ser alargada a todos, que todos os partidos podem estar também em condições de o votar, não é minimamente sectário, é aí que eu quero chegar. Tal como no caso do Mundialito de Futebol de Praia, que saúda o Executivo e não fala em cores políticas. Agora, eu tenho aqui uma discordância de fundo, porque o Senhor Deputado Carlos Guedes, referiu-se ao facto de a Câmara não estar a fazer mais do que aquilo que é o seu papel. É verdade, a Câmara, os Governos, nós elegemo-los, e votamos nos nossos representantes para que cumpram bem a sua função. Ainda assim, não nos parece, e nós Partido Socialista, não somos um Partido que se limita a protestar quando as coisas estão mal, exercemos o poder, exercemos umas vezes melhor, outras vezes pior, como todas as pessoas que exercem o poder, e dessa forma, também achamos que faz sentido quando o poder é bem exercido e quando aquilo a que nos propomos, os problemas que nos propomos resolver, são verdadeiramente resolvidos, faz sentido também que exista uma saudação nesse sentido. É mais fácil nós adotarmos uma posição e apontamos unicamente os erros que existem, faz parte, é importante também aportamos os erros que existem, não é essa a nossa posição, e é por isso que não faz sentido, não apenas neste ponto e é uma tradição que existe na nossa democracia desde há mais de quarenta anos, é que também saudemos quando as coisas são bem-feitas, como é o caso desta questão. E Almada está verdadeiramente mais limpa, e, portanto, faz sentido que nós também saudemos todo o executivo municipal”.

6.2.15.13 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu compreendo a preocupação do Senhor Deputado Ivan Gonçalves com esta questão, mas como o Senhor Deputado bem disse, ou tentou procurar induzir-nos na unanimidade de opinião. A opinião não é unânime, todos nós e todas nós corremos o Concelho, e todos nós e todas nós, temos consciência que há melhorias em certos aspetos e que não melhorias evidentes, e não há mudanças sequer noutras partes do Concelho. Aquilo que nós deixamos muito claro, foi que, saudamos naturalmente todo o esforço que é feito pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras da autarquia, não nos revemos na necessidade de votar esta moção, nem saudar o executivo porque sim. O executivo tem que trabalhar no sentido de fazer com que as coisas resultem da melhor maneira possível. E seis meses para fazer este balanço, é muito, muito, muito cedo”.

6.2.15.14 - Usou ainda da palavra a Senhora Presidente da Câmara.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



11

Rapidamente, começar pela pergunta que me foi feita diretamente pela Senhora Deputada do PSD. Relativamente ao ponto dois da moção do Bloco de Esquerda. Devo dizer que da parte do Município, o Município já avalia sempre a possibilidade do direito de preferência nestes casos, quando há espaço legal para o poder fazer. Isto até por uma razão muito simples, que sabem certamente, Almada tem um grave problema de habitação, um gravíssimo problema de défice, de inclusivamente, de casas para poder fazer realojamentos e há uma necessidade premente de termos uma política de realojamento. Neste momento temos estado a acompanhar tudo o que é o novo pacote legislativo do Governo relativo à habitação. Como sabem a maior parte dos fundos que vierem, são ao nível da reabilitação urbana, o que passará provavelmente para a necessidade de fazer aquisições de casas, que estejam no mercado, o que também não é muito fácil porque o mercado está em alta. Mas, também já comunicamos que, a reabilitação só por si, não vai chegar para responder a todas as necessidades do Município, mas eu penso que, e estamos a falar contrariamente ao que foi feito anteriormente, estamos a falar de imóveis de habitação. Ou seja, porque é disso que Almada precisa. Se nós queremos poder ter uma nova política de habitação e de realojamento, os últimos dados que foram identificados, eu já tive ocasião de dizer aqui, apontavam para 2600 (duas mil e seiscentas) famílias, estamos em crer que estamos acima dessa necessidade, só no caso das barracas, das pessoas que vivem em barracas, nem se quer estamos a falar das pessoas que vivem em habitações degradadas, habitações algumas do IHRU, outras do Município, importa lembrar que o Município tem tantas habitações sociais quanto o IHRU, pensar que a responsabilidade é exclusivamente do IHRU, não corresponde à verdade. Portanto, sim, o Município deve em todas as ocasiões, avaliar a possibilidade de exercer um direito de preferência e de adquirir imóveis que estejam no mercado e que possam servir para habitação das pessoas.

Portanto, do ponto de vista do executivo, este segundo ponto, de facto, não nos incomoda e consideramos que é válido e importante, embora um bocadinho redundante que já é o que fazemos, mas que seja reafirmado.

Aproveito esta ocasião, para também em nome do executivo, obviamente juntar-me a roda a saudação à Companhia de Teatro de Almada, e também exprimir muito claramente a nossa preocupação relativamente ao resultado dos concursos da DG Artes. Essa preocupação nós já a exprimimos à tutela, e continuaremos a exprimir, os resultados definitivos ainda não saíram, temos estado em contacto com a Direção da Companhia de Teatro de Almada, já houve as audiências prévias, há toda a reavaliação, mas, também sabemos que de facto o método de cálculo, de alguma maneira condenou a Companhia de Teatro de Almada a ter um corte. Um corte que consideramos muito acima do que é razoável em todas as ocasiões, estamos a falar de 25% de corte naquilo que é o seu apoio. O que significa que em quatro anos de apoio, porque é um apoio quadrienal, significa a redução de um ano inteiro de apoio. E, portanto, em



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

nome do executivo não queria deixar de exprimir aqui também a nossa preocupação e que estaremos obviamente atentos aos resultados do concurso, e que não aceitamos de facto, que a Companhia de Teatro de Almada, que tem ainda por cima esta característica, que é, com o seu apoio para sua própria programação, tem este evento maior, que é o Festival Internacional de Almada. E que é sem dúvida nenhuma o maior evento teatral do nosso país, e é hoje uma referência internacional, para além de ser uma marca do Município. Não vou tecer agora considerações sobre os apoios à DG Artes, penso que enquanto representante do Município de Almada, queria juntar a minha voz a todos aqueles que se preocupam com a Companhia de Teatro de Almada”.

6.2.15.15 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É apenas uma questão meramente processual. Surgiu-nos aqui uma dúvida na sequência da concordância do Grupo Municipal do PSD, de baixa à Comissão, surgiu-nos precisamente qual seria a melhor Comissão para baixar. Porque sendo dos SMAS e ambiente, o natural seria a Terceira Comissão, mas sendo isto um regulamento com aplicações financeiras, isto também é uma das coisas que pode incluir na Administração e Finanças. Portanto, solicitávamos os bons ofícios para que todos pudéssemos perceber em concreto, para qual seria a Comissão, para que não haja dúvidas”.

6.2.15.16 - Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Inclusive há aspetos sociais envolvidos, também podia ser referida essa matéria. E, portanto, aquilo que eu proponho, é que não vamos agora perder tempo e eu vou consultar os Presidentes e os Coordenadores dos Grupos Municipais, e ver qual é que será o melhor encaminhamento”.

6.3 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:

6.3.1 – A Moção pela Garantia do Direito à Habitação foi rejeitada com 20 votos contra dos eleitos da CDU incluindo os Senhores Presidentes de União de Freguesias eleitos pela CDU ou seus representantes, do PSD e do CDS-PP e 18 votos a favor dos eleitos do PS incluindo os Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesias eleitos pelo PS ou seus representantes, do BE e do PAN;

6.3.1.1 - O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU) anunciou que apresentaria uma declaração de voto por escrito para constar da ata.



“Declaração de Voto sobre Moção “Pela garantia do Direito à Habitação nas operações de venda de património habitacional do grupo Fidelidade e em todas as grandes operações de mercado imobiliário” apresentada pelo Bloco de Esquerda (BE)

Os Deputados Municipais eleitos pela CDU na Assembleia Municipal de Almada votaram contra o texto da Moção “Pela garantia do Direito à Habitação nas operações de venda de património habitacional do grupo Fidelidade e em todas as grandes operações de mercado imobiliário” apresentada pelo Bloco de Esquerda (BE), por considerarem que o seu conteúdo, ao admitir a possibilidade de regulamentar a atual lei do arrendamento urbano, conhecida por “Lei Cristas” ou “lei dos despejos”, ainda que afirmando a intenção de “melhorar” o diploma legal em causa, não corresponde à necessidade política, real e emergente, de combater as consequências impostas pela atual legislação, que importa revogar e substituir e não melhorar.

Os eleitos pela CDU na Assembleia Municipal de Almada consideram, assim, que a eventual aprovação do conteúdo da moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, não corresponderia a um passo positivo na luta pela defesa dos inalienáveis direitos dos arrendatários às suas habitações, antes se poderia constituir como um novo fôlego para a manutenção dos aspetos mais gravosos para aqueles arrendatários que a lei em vigor comporta.

Estas as razões que fundamentaram a decisão de voto de rejeição da moção pelos eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Almada.”

6.3.2 – A Moção sobre o Dia Internacional do Teatro e Defesa do Festival de Teatro de Almada foi aprovada por unanimidade;

6.3.3 – A Saudação a todos os trabalhadores, por ocasião do 1º de maio foi aprovada por unanimidade;

6.3.4 - A Moção Cristo Rei 2018 foi votada ponto por ponto, tendo os pontos 1 e 2 sido aprovados por maioria com 31 votos a favor de 11 eleitos do PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesias eleitos pelo PS ou seus representantes, do PSD, do CDS e da CDU, incluindo os Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesias eleitos pela CDU ou seus representantes e 7 abstenções de 2 eleitos do PS, dos eleitos do BE e da eleita do PAN. O ponto 3 foi aprovado por maioria com 32 votos a favor de 11 eleitos do PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesias eleitos pelo PS ou seus representantes, do PSD, do PAN, do CDS e da CDU, incluindo os Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesias eleitos pela CDU ou seus representantes e 6 abstenções de 2 eleitos do PS e dos eleitos do BE;

6.3.5 – A Moção pela Requalificação da Avenida do Mar foi votada ponto por ponto, tendo o ponto 1 sido aprovado por maioria com 23 votos a favor dos eleitos do PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

e de União de Freguesias eleitos pelo PS ou seus representantes, do PSD, do BE e do CDS-PP e 15 votos contra dos eleitos da CDU, incluindo os Senhores Presidentes de União de Freguesias eleitos pela CDU ou seus representantes e do PAN; o ponto 2 e o ponto 3 foram aprovados por unanimidade.

6.3.5.1- O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU) anunciou que apresentaria uma declaração de voto por escrito para constar da ata.

“Declaração de Voto sobre Moção “Pela Requalificação da Avenida do Mar”, apresentada pelo Partido Social Democrata (PSD)

Os Deputados Municipais eleitos pela CDU na Assembleia Municipal de Almada solicitaram a votação por pontos do texto da Moção “Pela Requalificação da Avenida do Mar” apresentada pelo Partido Social Democrata (PSD), pelas seguintes razões:

1. Consideraram que a terminologia utilizada no documento para caracterizar a situação das vias de circulação na zona da Aroeira (Charneca de Caparica) é manifestamente exagerada e não corresponde à realidade dos factos. Sendo um dado objetivo que não se concretizaram diversas intervenções na rede viária daquela área do Concelho, não é em absoluto rigoroso nem ajustado afirmar-se que *“os territórios da Charneca de Caparica e Sobreda são territórios que os sucessivos executivos municipais vetaram ao abandono nas últimas décadas”*, porque houve efetivamente muito trabalho realizado e existem projetos concluídos naquela área do Concelho de Almada pela gestão da CDU nos mandatos anteriores.
2. Votaram por abstenção o primeiro ponto da parte deliberativa por desconhecerem quais as iniciativas, distintas daquelas que já se encontravam em execução no final do mandato anterior, estão neste momento em curso na área da Aroeira/Charneca de Caparica.
3. Votaram favoravelmente os pontos 2 e 3 da parte deliberativa da Moção por entenderem que a requalificação da Avenida do Mar, com projeto desenvolvido no anterior mandato, deve ser efetivamente prosseguida e concluída, e que os projetos de reconversão sejam norteados por princípios de sustentabilidade ambiental e que as vias a reverter tenham zonas pedonais e cicláveis, conforme sempre foi preocupação e prática pelos executivos municipais presididos pela CDU.

Estas as razões que fundamentaram a decisão de voto dos eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Almada.”

6.3.6 – A Recomendação pela Adesão à Tarifa Social da Água retirada para baixa à Comissão Permanente respetiva, por aceitação do proponente;



7/2

6.3.7 - O Voto de Saudação pelo Anúncio da Realização do Mundialito de Futebol de Praia A foi votado ponto por ponto, tendo o ponto 1 sido aprovado por maioria com 24 votos a favor dos eleitos do PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesias eleitos pelo PS ou seus representantes, do PSD, do BE, do CDS-PP e do PAN e com 14 abstenções dos eleitos da CDU, incluindo os Senhores Presidentes de União de Freguesias eleitos pela CDU ou seus representantes; o ponto 2 foi aprovado por maioria com 23 votos a favor dos eleitos do PS, do PSD, do BE e do CDS-PP e com 15 abstenções dos eleitos da CDU, incluindo os Senhores Presidentes de União de Freguesias eleitos pela CDU ou seus representantes, e do PAN.

6.3.7.1- O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU) anunciou que apresentaria uma declaração de voto por escrito para constar da ata.

“Declaração de Voto sobre Voto de Saudação “Pelo Anúncio da Realização do Mundialito de Futebol de Praia”, apresentada pelo Partido Socialista (PS)

Os Deputados Municipais eleitos pela CDU na Assembleia Municipal de Almada solicitaram a votação por pontos do texto do Voto de Saudação “*Pelo Anúncio da Realização do Mundialito de Futebol de Praia*” apresentada pelo Partido Socialista (PS), e exerceram o respetivo sentido de voto pelas seguintes razões:

1. Votaram por abstenção o ponto 1 da proposta de deliberação pelo facto do acontecimento em causa não se ter ainda realizado, considerando por essa razão extemporâneo um voto de saudação ao evento.
2. Votaram contra o ponto 2 da proposta de deliberação porque consideram, em primeiro lugar, que não é legítimo a partir de um acontecimento específico, que para mais não se realizou ainda, retirar ilações genéricas para o conjunto das Opções do Plano do Município, e em segundo lugar por razões de coerência, uma vez que a CDU rejeitou o documento das Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2018 proposto pelo executivo de maioria OS/PSD.
3. Sublinham ainda os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Almada que a realização do Mundialito de Futebol de Praia de 2018 na Costa da Caparica só será possível pelo facto de ter sido construído no verão de 2017 o estádio de futebol de areia onde aquele evento irá decorrer.

Estas as razões que fundamentaram a decisão de voto dos eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Almada.”

6.3.8 – O Voto de Condenação pela Violência do Estado de Israel contra a população palestina foi aprovada por maioria com 35 votos a favor dos eleitos do PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesias eleitos pelo PS ou seus representantes, da CDU, incluindo os Senhores Presidentes de União de Freguesias eleitos pela CDU ou seus representantes, de 3 eleitos do PSD, do BE e do PAN, 1 voto contra do eleito do CDS-PP e 2 abstenções de eleitos do PSD;



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.3.9 – A Moção/Deliberação 1^º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador foi aprovada por maioria com 37 votos a favor dos eleitos da CDU, incluindo os Senhores Presidentes de União de Freguesias eleitos pela CDU ou seus representantes, do PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesias eleitos pelo PS ou seus representantes, do PSD, do BE e da PAN e com 1 voto contra do eleito do CDS-PP;

6.3.10 - O Voto de Saudação Abril - mês assinalado para Prevenção dos Maus Tratos na Infância foi aprovada por unanimidade;

6.3.11 - A Recomendação Campanha de apoio à esterilização de cães e gatos de companhia foi aprovada por unanimidade;

6.3.12 - A Recomendação sobre o Dia Internacional da Biodiversidade foi aprovada por unanimidade;

6.3.13- O voto de Saudação Almada Mais Limpa foi aprovado por maioria com 19 votos a favor dos eleitos do PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesias eleitos pelo PS ou seus representantes, do PSD e do CDS-PP, 1 voto contra da eleita do PAN e 18 abstenções dos eleitos da CDU, incluindo os Senhores Presidentes de União de Freguesias eleitos pela CDU ou seus representantes, e do BE.

6.3.13.1 - O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU) anunciou que apresentaria uma declaração de voto por escrito para constar da ata.

“Declaração de Voto sobre Voto de Saudação “Almada Mais Limpa”, apresentada pelo Partido Socialista (PS)

Os Deputados Municipais eleitos pela CDU na Assembleia Municipal de Almada votaram por abstenção o texto do Voto de Saudação “*Almada Mais Limpa*” apresentada pelo Partido Socialista (PS) pelas seguintes razões:

1. Reconhecem que existem efetivamente algumas áreas do Concelho de Almada em que as condições de higiene e limpeza urbanas melhoraram ao longo dos últimos meses, em particular a partir de setembro do ano passado, mas sublinham que existem simultaneamente outras áreas do Concelho onde essa realidade não é, de todo, sentida pelas populações.
2. Sublinham que a melhoria das condições de higiene e limpeza urbanas nas áreas onde esta se faz sentir, não poder ser desligada do facto indelével da gestão CDU do anterior mandato ter deixado preparado um conjunto de instrumentos e recursos – humanos e de equipamentos – que estando atualmente no terreno determinam, necessariamente, essas melhorias.



72

Estas as razões que fundamentaram a decisão do voto de abstenção dos eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Almada.”

6.3.14- A Moção Companhia de Teatro de Almada foi votada ponto por ponto, sendo o ponto 1 sido aprovado por unanimidade; o ponto 2 sido aprovado por maioria com 18 votos a favor dos eleitos do PS do BE e do PAN, 5 votos contra dos eleitos do PSD e 15 abstenções dos eleitos da CDU, incluindo os Senhores Presidentes de União de Freguesias eleitos pela CDU ou seus representantes e do CDS-PP; e o ponto 3 foi aprovado por unanimidade.

6.3.14.1- O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU) anunciou que apresentaria uma declaração de voto por escrito para constar da ata.

“Declaração de Voto sobre moção “Companhia de Teatro de Almada”, apresentada pelo Partido Socialista (PS)

“Os Deputados Municipais eleitos pela CDU na Assembleia Municipal de Almada solicitaram a votação por pontos do texto do Voto de Saudação “*Companhia de Teatro de Almada*” apresentada pelo Partido Socialista (PS), e exerceram o sentido de voto de abstenção relativamente ao ponto 2 da proposta de deliberação pelas seguintes razões:

1. Reconhecendo o aumento do volume global de verbas destinadas ao financiamento da atividade e produção cultural decidido pelo Governo do Partido Socialista, os eleitos da CDU consideram que esse aumento fica ainda muito aquém da justa reivindicação dos autores, artistas e outros agentes de cultura portugueses para que seja atingida a meta de 1% das despesas do Orçamento de Estado com a cultura.
2. Aquela decisão do Governo do PS fica muito aquém, igualmente, daquilo que seria desejável e possível nas atuais circunstâncias económicas e financeiras do País.
3. Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Almada associam-se necessariamente à expressão de reconhecimento à Companhia de Teatro de Almada pelo trabalho efetuado ao longo de décadas de criação artística e pela dinamização da cultura no nosso concelho e à manifestação junto do governo da preocupação relativamente aos resultados do concurso no que diz respeito à Companhia de Teatro de Almada, exigindo um aumento das verbas atribuídas por forma a não colocar em causa a realização do Festival de Teatro de Almada, pelo que votaram favoravelmente os pontos 1 e 3 da proposta de deliberação.

Estas as razões que fundamentaram a decisão de voto dos eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Almada.”



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia

7.1- O Senhor Presidente informou a Assembleia que deram entrada na Mesa, nos termos do artigo 92º do Regimento, as seguintes proposituras de candidatura para cargos exteriores à Assembleia Municipal, acompanhadas das respetivas aceitações de candidatura:

7.1.1- Eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – uma lista, designada com letra A, apresentando como candidato efetivo o Senhor Presidente da União de Freguesias da Charneca Sobreda Pedro Matias (PS) e como candidata suplente a Senhora Presidente da União de Freguesias de Caparica e Trafaria Teresa Paula Coelho (CDU);

7.1.2- Eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação – uma lista, designada com letra A, apresentando como candidato efetivo o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica José Ricardo Martins (PS) e como candidato suplente o Senhor Presidente da União de Freguesias do Laranjeiro Feijó Luís Filipe Palma (CDU);

7.1.3- Eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal no Conselho Cinegético Municipal – uma lista, designada com letra A, apresentando como candidato efetivo o autarca da Freguesia do Laranjeiro Feijó João Carlos Antunes (PSD) e como candidato suplente o autarca da Freguesia do Laranjeiro Feijó Gabriel Rosa (PS);

7.1.4- Eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Proteção Civil – uma lista, designada com letra A, apresentando como candidato efetivo o Vogal da Junta de Freguesia da Costa da Caparica Sérgio Sousa (PS) e como candidato suplente o Senhor Presidente da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas Ricardo Louçã (CDU);

7.1.5- Eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM – uma lista, designada com letra A, apresentando como candidato efetivo o Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU) e como candidato suplente o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP);

7.1.6- Eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo do Observatório da Água da Península de Setúbal – uma lista, designada com letra A apresentando como candidato efetivo o Senhor Deputado Municipal Carlos Revés (CDU) e como candidata suplente a Senhora Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN);

7.1.2- Entrou-se no ponto 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5, 3.6 da agenda, para a submissão a sufrágio das listas apresentadas.



7.1.3 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS).

7.1.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Senhor Presidente, apenas para dizer e para saudar o facto destas candidaturas que são apresentadas, resultam de um esforço de concertação entre todos os Grupos de Eleitos. Isso acho que não deixa de ser uma motivo de saudação, e de regozijo, tendo em conta até que no último Mandato existia uma predominância destes eleitos, por parte de uma força política, que representava também configurações diferentes nos nossos eleitos, acho que é um bom sinal, um sinal salutar, o facto de os partidos que fazem parte desta Assembleia Municipal, terem estado abertos e disponíveis, para que nós pudéssemos aqui também incluir, os seis partidos que têm representação neste Órgão e podermos fazer com que de alguma forma, todos os partidos e todos os almadenses se revejam na indicação para os órgãos externos, que os Partidos fazem nesta eleição”.

7.1.4- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

7.1.4.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu já agora, também, sublinho que, de facto, para o funcionamento da Assembleia é muito importante que o debate político se faça com lealdade e vigor quando é para fazer esse debate político, e que, depois também, os Senhores Deputados Municipais dos vários Grupos, se possam encontrar nas melhores soluções para que a Assembleia possa cumprir o melhor possível a sua missão”.

7.1.5- Não havendo mais propostas nem pedidos de palavra, procedeu-se à distribuição dos boletins de votos, em cores diferentes, e realizou-se a chamada, tendo os/as Senhores/as Deputados/as Municipais exercido o seu direito de voto.

7.1.6- Findas as votações, o Senhor 1º Secretário e a Senhora 2ª Secretária da Mesa procederam ao escrutínio.

7.1.7- O Senhor Presidente anunciou o resultado das votações, em que se registaram os seguintes resultados:

7.1.7.1- Para a eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - 38 votantes, sendo 38 votos na lista A;

7.1.7.2- Para a eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação - 38 votantes, sendo 38 votos na lista A;



MUNICIPIO DE ALMADA **Assembleia Municipal**

7.1.7.3- Para a eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal no Conselho Cinegético Municipal - 38 votantes, sendo 38 votos na lista A;

7.1.7.4- Para a eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Proteção Civil – 38 votantes, sendo 38 votos na lista A;

7.1.7.5- Para a eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM – 38 votantes, 35 votos na lista A, 1 voto Branco e 2 votos Nulos;

7.1.7.6- Para a eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo do Observatório da Água da Península de Setúbal - 38 votantes, 36 votos na lista A e 2 votos Nulos;

7.1.8- Nestes termos, o Senhor Presidente proclamou eleitos como:

7.1.8.1- Representante efetivo da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios o Senhor Deputado Municipal Presidente da União de Freguesias da Charneca Sobrada Pedro Matias (PS) e suplente a Senhora Deputada Municipal Presidente da União de Freguesias de Caparica e Trafaria Teresa Paula Coelho (CDU);

7.1.8.2- Representante efetivo da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação o Senhor Deputado Municipal Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica José Ricardo Martins (PS) e suplente o Senhor Deputado Municipal Presidente da União de Freguesias do Laranjeiro Feijó Luís Filipe Palma (CDU);

7.1.8.3- Representante efetivo da Assembleia Municipal no Conselho Cinegético Municipal o autarca da Freguesia do Laranjeiro Feijó João Carlos Antunes (PSD) e suplente o autarca da Freguesia do Laranjeiro Feijó Gabriel Rosa (PS);

7.1.8.4- Representante efetivo da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Proteção Civil o Vogal da Junta de Freguesia da Costa da Caparica Sérgio Sousa (PS) e suplente o Senhor Deputado Municipal Presidente da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas Ricardo Louçã (CDU);

7.1.8.5- Representante efetivo da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM, efetivo o Senhor Deputado Municipal João Geraldes (CDU) e suplente o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP);

7.1.8.6- Representante efetivo da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo do Observatório da Água da Península de Setúbal, efetivo o Senhor Deputado Municipal Carlos Revés (CDU) e como candidata suplente a Senhora Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN);



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

8 – Sendo próximo das 00 horas e 30 minutos, deu-se por concluída a 1ª reunião da Sessão Ordinária de abril, sendo os trabalhos retomados no dia seguinte, pelas 21 horas e 15 minutos.

9 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal, Inês Medeiros, e dos/as Senhores/as Vereadores/as Francisca Parreira, João Couvaneiro, Teodolinda Silveira, Nuno Matias, Miguel Salvado, Joaquim Judas, José Gonçalves, Amélia Pardal António Matos e Joana Mortágua.

10 - Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas Senhor Miguel Ribeiro e Sandra Guerreiro do Boletim Municipal DIRP – CMA, dos operadores de câmara da TV Almada e de cerca de 40 Senhores Múncipes.

11 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____ *J. Z. C.*

O 1º SECRETÁRIO _____ *Paulo Viegas*

A 2ª SECRETÁRIA _____ *Ana Paula Silva*

